

Finanças do Município de **JUNDIAÍ**

2010



ORÇAMENTO FÁCIL

Programa de Educação Fiscal

De olho no Dinheiro Público



Ao acessar o Portal da Transparência, o Cidadão encontrará um conjunto integrado de informações que permitirá acompanhar o desempenho financeiro da cidade e como os recursos se transformam em serviços, obras e investimentos essenciais para a população e o seu desenvolvimento.



O Portal da Transparência é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Finanças, que foi instituído pelo Decreto Municipal nº 22.292, de 27 de maio de 2010, com a finalidade de prestar contas para o contribuinte que paga seus impostos, demonstrando-lhe de maneira simplificada e transparente a aplicação do dinheiro público.



<http://portaldatransparencia.jundiai.sp.gov.br>





Paço Municipal visto do Jardim Botânico

APRESENTAÇÃO

Aumentar o nível de transparência das contas públicas é um compromisso permanente da administração municipal, pois serve a dois grandes objetivos: melhorar a eficiência na gestão do dinheiro público por seus órgãos e aumentar o interesse do cidadão em acompanhar a destinação dos recursos provenientes dos impostos pagos por todos os contribuintes.

A Prefeitura de Jundiaí tem avançado com o Programa de Educação Fiscal, publicando todos os anos a cartilha Orçamento Fácil, que se propõe a divulgar, em linguagem clara e acessível, a execução financeira do orçamento municipal. O leitor internauta também pode acompanhar a cartilha na versão eletrônica, que está disponível no Portal da Transparência: <http://portaldatransparencia.jundiai.sp.gov.br>.

Divulgando o quanto foi arrecadado e como esses recursos foram gastos pela municipalidade, de forma detalhada, estamos cumprindo à risca o que dispõe o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e fortalecendo os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal, em especial, o da publicidade.

Além disso, estão sendo divulgadas ao longo desta publicação, informações importantes sobre a cidade, o funcionamento da administração municipal, sua estrutura educacional, de saúde e prestação de serviços, entre tantos outros dados, que permitem ao contribuinte conhecer melhor a máquina pública e fiscalizar o seu funcionamento.

Desejamos uma boa leitura!

**Secretaria de Finanças
Prefeitura Municipal de Jundiaí**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais

Secretaria	Secretário	Fone	e-mail
Gabinete do Prefeito	Prefeito Miguel Haddad	(11) 4589-8404	exp-gp@jundiai.sp.gov.br
	Vice-prefeito Luiz Fernando Machado	(11) 4589-8428	lmachado@jundiai.sp.gov.br
Fundo Social de Solidariedade	Maria Rita Steck Moubadda Haddad	(11) 4522-7860	semis@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	Jorge Yatim	(11) 4589-8578	smaa@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Administração	Clóvis Marcelo Galvão	(11) 4589-8622	divitec@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários	Antônio Carlos de Castro Siqueira	(11) 4589-8884	asiqueira@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Assuntos Parlamentares	Oraci Gotardo	(11) 4589-8421	ogotardo@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal da Casa Civil	João Fernando Chaves Rodrigues (Juca)	(11) 4589-8405	jucarodrigues@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Cultura	Penha Maria Camunhas Martins	(11) 4521-6922	culturapmj@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Ari Castro Nunes Filho	(11) 4589-8547	smde@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Educação e Esportes	Francisco José Carbonari	(11) 4588-5338	smepmj@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal Adjunta de Esportes	Alaércio Borelli	(11) 4589-8916	sae@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Finanças	José Antonio Parimoschi	(11) 4589-8674	smfexpediente@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Comunicação Social	Carmelo Paoletti Neto	(11) 4589-8402	cpaoletti@jundiai.sp.gov.br
Guarda Municipal	Comandante Paulo Sérgio de Lemos Giacomelli Stel (Jacó)	(11) 4492-9090	comandantegm@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos	Dr. Gustavo Leopoldo Caserta Maryssael de Campos	(11) 4589-8499	smnjapoio@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Obras	Sinésio Scarabello Filho	(11) 4589-8463	smgos@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente	Jaderson José Spina	(11) 4589-8557	planejamento@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Recursos Humanos	Carlos Umberto Rossi	(11) 4589-8736	smrhgs@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Saúde	Tânia Regina Gasparini Botelho Pupo	(11) 4589-8795	sms@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Rodrigues Mazzola	(11) 4583-7300	semis@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	Walter da Costa e Silva Filho	(11) 4589-8522	smssp@jundiai.sp.gov.br
Secretaria Municipal de Transportes	Roberto Salvador Scaringella	(11) 4589-8764	setransp@jundiai.sp.gov.br

Autarquias, Fundações e Empresas Municipais

Órgão	Dirigente	Fone	e-mail
Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS	Ademir Pedro Victor	(11) 4583-1722	fumas@jundiai.sp.gov.br
Escola Superior de Educação Física de Jundiaí – ESEF	Prof. Dr. Fernando Balbino	(11)4521-7955	educacaofisica@esef.br
Faculdade de Medicina de Jundiaí – FMJ	Prof. Dr. Itibagi Rocha Machado	(11) 4587-1095	fmj@fmj.br
Fundação Televisão Educativa de Jundiaí – TVE	Mônica Gropelo	(11) 4587-5151	diretoriatve@jundiai.sp.gov.br
DAE S/A – Água e Esgoto	Wilson Roberto Engholm	(11) 4589-1300	wilson.engholm@daejundiai.com.br
Companhia de Informática de Jundiaí S/A - CIJUN	Engº Daniel Bocalão Junior	(11) 4589-8823	sac@cijun.sp.gov.br
IPREJUN - Instituto de Previdência do Município de Jundiaí	José Aparecido Marcussi	(11) 4589-8496	marcussi@jundiai.sp.gov.br
Fundação Casa da Cultura	Penha Maria Comunhas Martins	(11) 4521-6922	culturapmj@jundiai.sp.gov.br



Pavimentação de ruas no Jardim Rosaura

Mário Sérgio Esteves



Unidade de Saúde no Jardim Sarapiranga

Mário Sérgio Esteves

> 1	Estrutura da administração municipal	4
> 2	Receitas da Prefeitura	6
	2.1 Receita tributária	9
	2.2 Transferências correntes	11
	2.2.1 Transferências do Estado	11
	2.2.2 Transferências da União	13
	2.3 Operação de crédito	16
> 3	Despesas da Prefeitura	17
	3.1 Despesa por secretaria	19
	3.2 Pessoal	20
	3.3 Custeio	23
	3.4 Dívida	25
	3.5 Investimentos	27
	3.6 Educação	29
	3.7 Esportes e lazer	33
	3.8 Cultura	35
	3.9 Saúde	36
	3.10 Assistência social	41
	3.11 Segurança	43
	3.12 Habitação	44
	3.13 Saneamento	46
	3.14 Urbanismo	48
	3.15 Repasse para a Câmara Municipal	51
> 4	Administração indireta	52
> 5	Limites legais e constitucionais	54
> 6	Resultado orçamentário	56

1

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Mário Sérgio Esteves

Unidade Básica de Saúde no Jardim Guanabara

A administração pública dos municípios brasileiros é exercida pelos poderes Executivo e Legislativo. Os legislativos municipais devem acompanhar, fiscalizar e regular os atos do Executivo, assim como propor e sancionar leis de interesse da cidade e aprovar as contas das prefeituras. Para exercer essa última função, as câmaras contam com o apoio dos tribunais de contas dos respectivos estados, que emitem pareceres técnicos sobre as contas das prefeituras.

Ao Poder Executivo compete a prestação dos serviços públicos. Ele é composto pelas administrações direta e indireta. Quem exerce a primeira é a Prefeitura, que se compõe do gabinete do prefeito e de suas secretarias e órgãos. Cada secretaria, por sua vez, é responsável pelo desenvolvimento de sua respectiva política pública e dos programas e serviços a ela inerentes, como veremos mais adiante. O Executivo de

Jundiaí está estruturado em 18 secretarias, exclusive o Gabinete do Prefeito.

A administração indireta é formada por entidades como fundações, autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas, que são ligadas à Prefeitura e prestam serviços públicos ou de interesse coletivo. Em Jundiaí, são seis as entidades da administração indireta.

Além disso, a Prefeitura detém a participação acionária majoritária de duas empresas: a DAE S/A Água e Esgoto, que trabalha na área de saneamento, e a Cijun S/A, Companhia de Informática de Jundiaí, especializada em tecnologia de informação para o setor público.

Existem ainda os Conselhos Municipais, que ganharam impulso após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e, atualmente, se fazem presentes em praticamente todas as áreas da administração municipal, e também se constituem num importante instrumento de participação popular e controle social. A existência de conselhos é, inclusive, condição imprescindível para que as cidades possam receber recursos de fundos estaduais ou federais, por exemplo, de saúde, educação e assistência social.

Aos conselhos compete formular, aprovar e acompanhar algumas das principais políticas públicas dos municípios, garantindo a participação de diversos segmentos da sociedade civil, como, os usuários dos serviços públicos ou entidades de moradores. Para saber mais sobre os Conselhos Municipais acesse o Portal da Prefeitura www.jundiai.sp.gov.br.



Vista aérea de Jundiaí

Organização da administração pública municipal



2

RECEITAS DA PREFEITURA

Principais itens da receita - 2006-2009

Itens da receita	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009	Orçamento 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009				em %		em R\$ mil
1 - Receita corrente deduzida (2+3+4-5)	605.693,0	664.199,6	740.610,7	755.154,8	2,0%	97,8%	883.261,9
2 - Receita tributária	177.288,5	200.045,0	229.011,5	244.528,9	6,8%	31,7%	295.812,4
IPTU	52.075,5	52.789,1	54.109,5	62.159,0	14,9%	8,1%	72.000,0
IRRF	17.029,1	20.509,4	24.294,9	23.513,5	-3,2%	3,0%	26.000,0
ITBI	9.436,6	15.121,6	17.147,4	18.499,8	7,9%	2,4%	20.000,0
ISS	82.525,9	91.394,6	111.039,0	116.256,0	4,7%	15,1%	146.000,0
Taxas	16.236,8	20.230,2	22.418,5	24.099,0	7,5%	3,1%	31.812,4
3 - Transferências correntes	419.466,0	468.236,3	527.696,9	538.762,0	2,1%	69,8%	636.795,4
União	94.642,2	105.357,8	116.146,4	113.332,9	-2,4%	14,7%	132.103,1
FPM ^a	29.358,6	32.677,2	38.453,4	34.510,6	-10,3%	4,5%	43.000,0
SUS	58.962,1	61.267,5	64.828,0	65.292,0	0,7%	8,5%	70.982,2
Outras transferências da União	6.321,4	11.413,1	12.864,9	13.530,4	5,2%	1,8%	18.121,0
Estado	273.404,6	302.380,4	342.210,2	352.165,2	2,9%	45,6%	420.119,6
QPM-ICMS ^a	229.943,3	253.232,3	286.263,4	292.713,4	2,3%	37,9%	349.000,0
IPVA	40.612,2	45.919,3	52.633,3	57.002,2	8,3%	7,4%	68.000,0
Outras transferências do Estado	2.849,0	3.228,8	3.313,5	2.449,6	-26,1%	0,3%	3.119,6
Outras transferências correntes	51.419,3	60.498,1	69.340,3	73.263,8	5,7%	9,5%	84.572,7
4 - Outras receitas correntes	48.283,8	45.890,5	50.448,9	49.172,6	-2,5%	6,4%	43.865,2
Dívida ativa	6.385,3	8.213,6	7.459,0	7.536,6	1,0%	1,0%	5.016,0
Demais receitas correntes	41.898,5	37.676,9	42.989,9	41.636,0	-3,1%	5,4%	38.849,2
5 - Deduções para o Fundeb	39.345,4	49.972,2	66.546,6	77.308,6	16,2%	10,0%	93.211,0
6 - Receita de capital (7+8+9)	5.913,8	32.622,8	20.038,1	16.811,1	-16,1%	2,2%	21.528,0
7 - Operações de crédito	3.379,7	6.867,1	16.116,2	11.580,8	-28,1%	1,5%	20.850,0
8 - Transferências de capital	2.015,1	1.346,2	1.314,9	4.362,6	231,8%	0,6%	568,0
9 - Outras receitas de capital	519,0	24.409,6	2.607,1	867,7	-66,7%	0,1%	110,0
10 - Receita total^b (1+6)	650.952,1	696.822,4	760.648,9	771.965,9	1,5%	100,0%	904.789,9
11 - Repasse para Câmara Municipal	13.861,3	14.974,0	15.132,1	14.512,8	-4,1%	1,9%	22.390,0
12 - Receita transferida para administração indireta	25.786,6	26.186,7	52.410,9	54.595,8	4,2%	7,1%	73.432,9
13 - Receita total disponível^c da Prefeitura (10-11-12)	611.304,3	655.661,8	693.105,8	702.857,3	1,4%	91,0%	808.967,0

Fonte: balanços municipais. Nota: ^avalores sem as deduções para o Fundeb. ^bnão inclui a receita arrecadada pelas entidades da administração indireta. ^creceita da Prefeitura excluídos os repasses para a Câmara Municipal e para as entidades da administração indireta.

A receita total é formada pela arrecadação de impostos, taxas e contribuições de competência do Município, bem como pelas transferências de outras esferas de governo, que serve para custear as despesas de manutenção, serviços e necessidades de investimentos públicos.

As receitas estão divididas em dois grandes grupos: correntes, que somaram R\$ 755,1 milhões, em 2009, representando 97,8% do total arrecadado, e as de capital, que somaram R\$ 16,8 milhões no mesmo período, representando 2,2% da arrecadação.

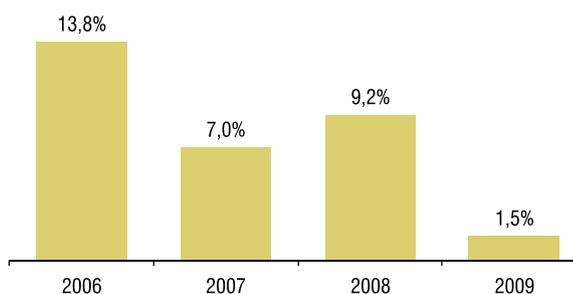
Entre 2004 e 2008, a receita municipal vinha apresentando uma excelente performance, com taxa média de crescimento de 8,4% ao ano, já considerados os efeitos da inflação. A exemplo do acontecido com União, estados e municípios, a trajetória de expansão da receita de Jundiá sofreu uma forte guinada em 2009, com a desaceleração da economia. Com alta de apenas 1,5% em relação ao ano anterior, totalizou R\$ 771,9 milhões. A crise financeira internacional que abalou o mundo em 2008 e 2009 deixou suas marcas nas finanças públicas de todo país.

O pequeno acréscimo foi sustentado pelos recursos adicionais provenientes da arrecadação tributária própria e das transferências estaduais do Imposto



Pista de skate Sororoça

Taxas anuais de crescimento da receita



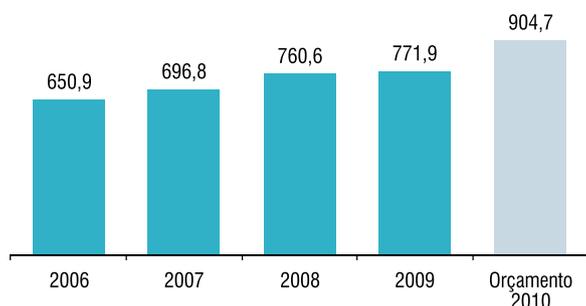
sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A transferência estadual do ICMS, principal fonte de receita da Prefeitura, teve um ligeiro aumento de 2,3%. Já as transferências do IPVA e a receita tributária tiveram boas taxas de crescimento, de 8,3% e 6,8%, respectivamente.

Entre os tributos, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) apresentou uma excelente taxa de expansão, de 14,9%, enquanto o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) elevou-se moderadamente (4,7%).

Completando a lista das principais receitas do município, a transferência federal para o Sistema Único de Saúde (SUS) ficou estável (0,7%) e os repasses oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) sofreram queda de 10,3%.

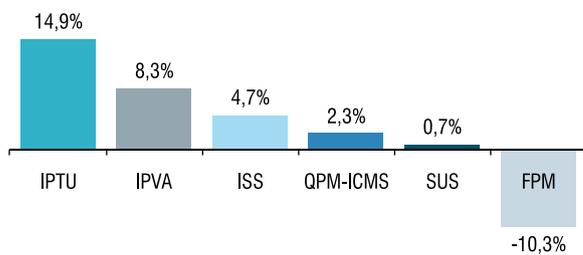
Evolução da receita total em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



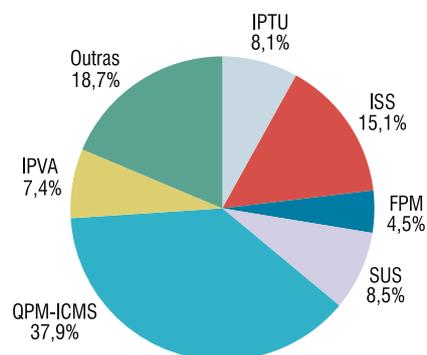


Escola Municipal de Educação Básica

Taxas de crescimento dos principais itens da receita - 2009/2008



Composição da receita total - 2009



As dez maiores receitas de Jundiá - 2009

Item da receita	Origem	Valor em R\$ mil	Participação na receita	Participação acumulada
1. QPM-ICMS	Transferência estadual	292.713,4	37,9%	37,9%
2. ISS	Tributo municipal	116.256,0	15,1%	53,0%
3. SUS	Transferência federal	65.292,0	8,5%	61,4%
4. IPTU	Tributo municipal	62.159,0	8,1%	69,5%
5. IPVA	Transferência estadual	57.002,2	7,4%	76,9%
6. FPM	Transferência federal	34.510,6	4,5%	81,3%
7. IRRF	Tributo municipal	23.513,5	3,0%	84,4%
8. Taxas	Tributo municipal	24.099,0	3,1%	87,5%
9. ITBI	Tributo municipal	18.499,8	2,4%	89,9%
10. Operações de crédito	Receita de capital	11.580,8	1,5%	91,4%
Total das dez maiores		705.626,3	91,4%	91,4%
Outras receitas		66.339,6	8,6%	100,0%
Total		771.965,9	100,0%	100,0%

2.1 Receita tributária

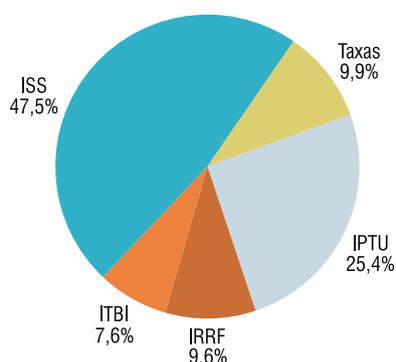
A receita tributária é composta pelos tributos arrecadados diretamente pela Prefeitura: o IPTU, o ISS, o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI), o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e as taxas municipais. Desses tributos, a maior arrecadação provém do ISS, seguido pelo IPTU. Enquanto o ISS responde por 47,5% da receita tributária, o IPTU detém uma participação de 25,4%.

Em 2009, a receita tributária municipal totalizou R\$ 244,5 milhões, com alta de 6,8% em relação a 2008, o que pode ser considerado um excelente desempenho diante da estagnação da economia brasileira, provocada pela forte crise financeira internacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil teve uma retração de 0,2% em 2009, primeiro resultado negativo da atividade econômica brasileira desde 1992.

À exceção do IRRF, que recuou 3,2% devido ao ajuste realizado pelo governo federal nas alíquotas, os demais tributos municipais exibiram boas taxas de expansão. O ISS, principal tributo municipal, vinha de uma expansão extraordinária no período 2004-2008, com taxas de crescimento oscilando entre 8,8% e 31,7%. Em 2009, seu ritmo de expansão diminuiu, com a arrecadação do tributo totalizando R\$ 116,3 milhões, valor apenas 4,7% maior que o do ano anterior.

Composição da receita tributária - 2009



Com o ISS crescendo moderadamente, o principal responsável pelo avanço da receita tributária foi o IPTU, que saltou de R\$ 54,1 milhões, em 2008, para R\$ 62,2 milhões, em 2009, o que significou um aumento de 14,9%. Tal expansão sucedeu um período de quatro anos (2005-2008) nos quais o imposto ficou praticamente estagnado, com taxas de crescimento girando em torno de apenas 2%. O ITBI e as taxas também apresentaram bons resultados, com alta de 7,9% e 7,5%, respectivamente. Juntos, eles acrescentaram pouco mais de R\$ 3 milhões aos cofres municipais.

+ SAIBA MAIS

ISS

O ISS incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos e seu fato gerador são os serviços listados na Lei Complementar nº 116, de 31 de junho de 2003.

IPTU

O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel. O contribuinte é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal. Em Jundiaí as alíquotas são de 2% sobre o valor venal do terreno sem edificação e de 1,5% sobre o valor venal do imóvel edificado.

ITBI

O ITBI tem como fato gerador a transmissão de bens imóveis, e a base de cálculo é o valor venal do bem. Em Jundiaí a alíquota do ITBI é de 2,5% sobre o valor

venal do imóvel ou sobre o valor da transação, o que for maior.

IRRF

O IR é um imposto federal. No entanto, a parcela cobrada sobre todo o rendimento pago pela prefeitura, como salários, aposentadorias e pensões, é contabilizada como receita do município, ou seja, não é repassada à União. Essa parcela é denominada IRRF.

Taxas municipais

As taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas dividem-se em dois grupos. O primeiro é composto por aquelas relacionadas à prestação de serviços, como a de limpeza pública, cujas receitas destinam-se ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. O segundo, pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para custear as atividades públicas de controle, fiscalização, vistoria, inspeção ou concessão de licença.



Obras do Ambulatório Médico de Especialidades (AME)

Mário Sérgio Esteves

2.2 Transferências correntes

Além da receita arrecadada diretamente, todas as prefeituras do país recebem recursos regulares dos governos estadual e federal. São as transferências correntes, criadas com o objetivo de redistribuir recursos entre os três níveis de governo (União, estados e municípios) e entre as regiões do país que apresentam diferentes níveis de renda e desenvolvimento. Essas transferências são formadas por recursos oriundos da arrecadação dos tributos federais e estaduais em todo o território nacional.

A distribuição das transferências correntes aos municípios é orientada por critérios estabelecidos pela Constituição e por legislações federal e estadual. Cada transferência tem seu critério próprio de distribuição, que procura atender a determinados objetivos. O FPM (transferência federal), por exemplo, é distribuído de acordo com o número de habitantes do município, de forma a beneficiar mais as menores cidades, cujas fontes de arrecadação própria são muito restritas. Já a transferência estadual do ICMS beneficia os municípios mais desenvolvidos, onde houve uma geração maior de riqueza. As transferências federais para o SUS levam em conta o número de habitantes do município e os procedimentos realizados, visando a ressarcir as cidades pelos serviços prestados em saúde.

Para a grande maioria das prefeituras brasileiras, as transferências correntes são suas maiores fontes de receita. Em Jundiá, elas representaram 69,8% de sua receita total. A seguir é apresentado o desempenho das mais importantes transferências para Jundiá.

2.2.1 Transferências do Estado

As principais transferências constitucionais dos estados para os municípios são os repasses da quota parte municipal do ICMS (QPM-ICMS) e do IPVA.

Secretaria de Comunicação de Jundiá



Vacinação contra a gripe

Desde 2003, a QPM-ICMS, principal fonte de recurso de Jundiá, cresce ininterruptamente. Até 2007, seu desempenho foi influenciado tanto pelo aumento da arrecadação estadual como pelo avanço do Índice de Participação Municipal (IPM) de Jundiá. Em 2008, os recursos recebidos pela cidade seguiram a alta da arrecadação estadual, enquanto, em 2009, o acréscimo foi resultado do aumento do IPM. Nesse último ano, a QPM-ICMS totalizou R\$ 292,7 milhões, valor 2,3% maior que o verificado no ano anterior.

Evolução da QPM-ICMS
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009





Indústrias em Jundiaí, ao longo da Rodovia Anhangüera

SAIBA MAIS

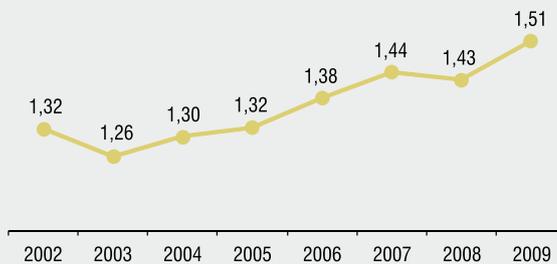
QPM-ICMS

A arrecadação do ICMS é de competência dos estados. Segundo a Constituição Federal e legislação complementar, os estados repassam 25% da arrecadação desse imposto aos seus respectivos municípios, aqui chamada de QPM-ICMS. Para dividir a QPM-ICMS entre os municípios de um Estado, são utilizados os Índices de Participação dos Municípios (IPMs).

Esses índices são calculados anualmente, de acordo com o artigo 158, parágrafo único, da Constituição Federal. Segundo esse artigo, todo Estado brasileiro deve repartir, no mínimo, 75% do ICMS entre os respectivos municípios, adotando como critério de distribuição o valor adicionado de cada cidade. Os 25% restantes são divididos conforme critérios adotados em cada Estado.

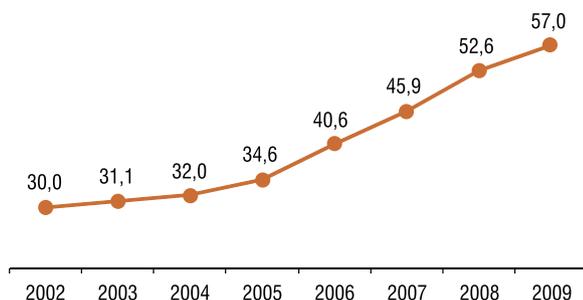
O repasse de ICMS é creditado na conta dos municípios pelo governo estadual todas as terças-feiras, referente à arrecadação líquida de ICMS da semana anterior. Veja no gráfico a seguir a evolução do IPM de Jundiaí.

Evolução do IPM de Jundiaí
em %



Com relação ao IPVA, embora tenha crescido menos que nos anos anteriores, a transferência apresentou uma boa taxa de crescimento em 2009, de 8,3%. A parcela do Município, que corresponde à metade de toda a arrecadação proveniente do licenciamento de veículos em seu território, alcançou R\$ 57 milhões, dando continuidade a uma trajetória ascendente iniciada em 2003.

Evolução do IPVA
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



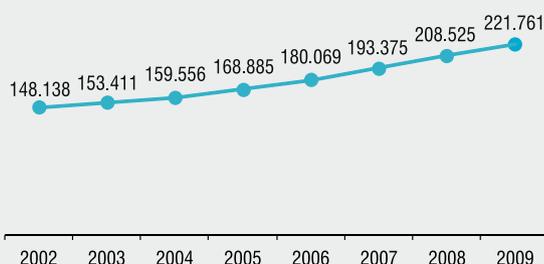
+ SAIBA MAIS

IPVA

O IPVA é arrecadado pelos governos estaduais sobre o valor venal dos veículos automotores que são licenciados em seu território. A alíquota mínima é definida pelo Senado Federal.

Do total do IPVA recolhido, 50% fica com os estados e a diferença é repassada aos seus respectivos municípios onde os veículos foram licenciados. Dessa forma, o crescimento da receita de IPVA em Jundiaí está diretamente relacionado ao aumento da frota de veículos licenciados na cidade. Veja no gráfico a seguir a evolução da frota.

Frota total de veículos



Fonte: Denatran.

2.2.2 Transferências da União

Os municípios recebem diversas transferências do governo federal. Em Jundiaí, as principais são as direcionadas ao SUS e as provenientes do FPM.

Após cinco anos de crescimento consecutivo, o

FPM de Jundiaí declinou em 10,3%, quando passou de R\$ 38,5 milhões, em 2008, para R\$ 34,5 milhões, em 2009. A queda do FPM (composto do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do IR) ocorreu de forma generalizada entre os muni-



Hospital São Vicente de Paulo



Mário Sérgio Esteves

Unidade Básica de Saúde no Morada das Vinhas

cípios brasileiros, como resultado do impacto da crise financeira. Para reduzir os efeitos da crise, o governo federal adotou medidas de desoneração de impostos, como a redução do IPI, incidente sobre os automóveis e eletrodomésticos da linha branca. Dessa forma, houve uma queda na arrecadação desse tributo e, como consequência, também caiu o volume total do FPM que foi distribuído aos municípios em 2009.

Para compensar essa redução, o governo federal editou a Medida Provisória nº 462/09, estabele-

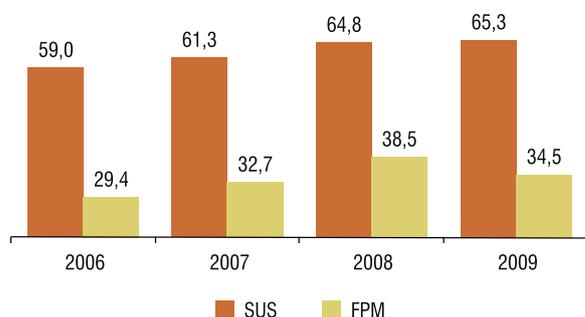
cendo um apoio financeiro aos municípios que registraram variações negativas entre os valores creditados a título de FPM nos exercícios de 2008 e 2009, tornando nula a variação nominal, ou seja, sem considerar a correção pela inflação. A queda do FPM de Jundiaí ficou, portanto, restrita à variação da inflação, de 4,9%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Assim, Jundiaí recebeu um adicional de R\$ 1.652.748,30, creditados ainda em 2009, mais R\$ 498.044,27 repassados em janeiro de 2010. Somando-se esses valores, obtém-se exatamente a diferença nominal entre os montantes de FPM recebidos em 2008 e 2009.

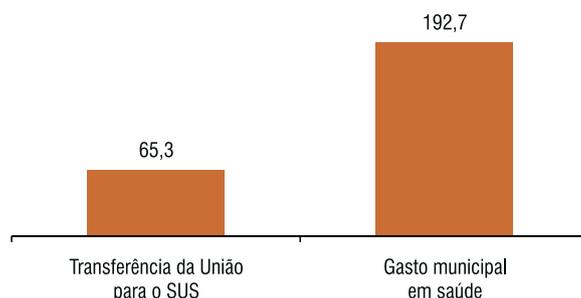
A transferência federal para a cobertura dos serviços de saúde do SUS é a terceira principal fonte de recurso de Jundiaí, respondendo por 8,5% do total. Depois de crescer moderadamente no biênio 2007-2008, os repasses totalizaram R\$ 65,3 milhões, em 2009, valor praticamente idêntico ao verificado no ano anterior.

É importante observar que esses recursos transferidos pela União cobriram apenas um terço (33,9%) de todo o gasto efetuado pela municipalidade com seu sistema público de saúde. O restante foi financiado por recursos próprios do Tesouro Municipal (64,1%) e de outros convênios (2%).

Evolução do FPM e da transferência para o SUS
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Transferência da União para o SUS e gasto municipal em saúde - 2009
em R\$ milhões



SAIBA MAIS

Veja abaixo um resumo sobre as principais transferências que o governo federal faz aos municípios brasileiros. Algumas delas são repassadas aos estados que, por sua vez, distribuem uma parcela aos seus municípios.

FPM

O FPM é formado por 22,5% da receita líquida do IR e do IPI, mais o adicional de 1% estabelecido pela Emenda Constitucional nº 55/07. Esse montante é dividido em três fundos: a) **FPM-Interior** - formado por 86,4% do FPM total e distribuído a todos os municípios, exceto as capitais, de acordo com os coeficientes que consideram o tamanho populacional, definidos pelo Decreto-lei nº 1.881/81. b) **FPM-Capital** - formado por 10% do FPM total e distribuído às capitais, de acordo com coeficientes que consideram o tamanho populacional da capital e o inverso da renda per capita do Estado. c) **FPM-Reserva** - formado por 3,6% do FPM total e distribuído às cidades do interior com mais de 142.633 habitantes, com base em coeficientes calculados da mesma forma daqueles que servem para a repartição do FPM-Capital.

SUS (União e estados)

O Fundo Municipal de Saúde (FMS) recebe recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), além dos recursos próprios do município (15% de sua receita de impostos). O FNS é formado pelas receitas da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas (CSSL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos). O FES é formado por 12% da receita estadual de impostos e pelos recursos que o Estado recebe do FNS.

Uma parcela dos recursos distribuídos pelo FNS é fixa, de acordo com a população municipal, e outra, variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal.

Além das transferências para o SUS, existem recursos direcionados a programas específicos e a convênios. Os estados repassam aos municípios recursos para incentivo ao Programa de Saúde da Família (PSF) e à assistência farmacêutica.

IPI-Exportação ou Fundo de exportação

A União transfere 10% da arrecadação do IPI aos estados, proporcionalmente ao valor de suas exportações. Os estados transferem 25% do que recebem aos seus municípios, de acordo com o índice de participação do município no ICMS.

ITR

A União repassa 50% da receita do Imposto Territorial Rural (ITR) recolhida sobre os imóveis rurais situados no município.

Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir) ou Compensação pela Desoneração das Exportações

O valor da compensação é definido na Lei Orçamentária da União e é distribuído aos estados de acordo com coeficientes definidos no anexo da LC nº 115/02. Do valor de cada Estado, 25% são repassados aos seus municípios, com base no índice de participação do município no ICMS.

IOF-Ouro

Da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF-Ouro), quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, 30% são transferidos ao Estado e 70% ao município onde foi extraído o ouro.



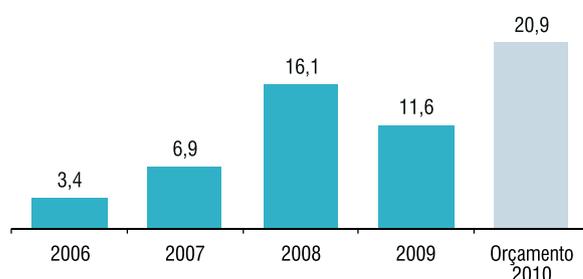
2.3 Operação de crédito

As operações de crédito são empréstimos e financiamentos contraídos pelas esferas de governo junto às instituições financeiras oficiais, cujos recursos são normalmente utilizados em investimentos.

Em 2009, as liberações de recursos provenientes das operações de crédito contratadas pela Prefeitura de Jundiá totalizaram R\$ 11,6 milhões. Desse total, R\$ 9,5 milhões referem-se ao Pro-

grama Saneamento para Todos, contratado junto à Caixa Econômica Federal (CEF), e R\$ 1,8 milhão à segunda fase do Programa de Modernização da Administração Tributária e dos Setores Sociais Básicos (PMAT II), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outros R\$ 319,9 mil foram liberados para o Programa de Infraestrutura para a Mobilidade Urbana (Pró-Mob), financiado por CEF/BNDES.

Receita de operações de crédito
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



O PMAT é um programa financiado com recursos do BNDES e da Prefeitura, com o objetivo de melhorar a eficiência do aparelho tributário dos municípios, aumentar a qualidade do gasto público, fortalecer os controles gerenciais e tornar a administração mais transparente. A fase dois desse programa, o PMAT II, iniciou-se em 2007. Em 2009, o valor do projeto estava em R\$ 7,3 milhões. Desse total, quase metade, 47% ou R\$ 3,4 milhões, já foi aplicada nas ações previstas.

Ações previstas no PMAT II do BNDES

Ações	Valor do projeto	Realizado até 2009	A realizar
	em R\$		
Área Tributária	6.434.885,57	3.076.176,60	3.357.020,97
Ação 01 - Implementação do Sistema de Custos	678.100,00	575.750,00	102.350,00
Ação 02 - Implantação da Escola de Governo	556.000,00	0,00	556.000,00
Ação 03 - Implantação parcial do Sistema de Geoprocessamento	1.957.000,00	208.070,00	1.748.930,00
Ação 04 - Atualização tecnológica; Implantação de sistema para segurança da informação	1.299.000,00	1.076.618,38	220.693,62
Ação 05 - Equipamentos de apoio à fiscalização	230.000,00	228.306,55	1.693,45
Ação 06 - Informatização da administração tributária	782.014,71	780.326,71	1.688,00
Ação 07 - Plano estratégico e implantação do Balanced Scorecard	542.770,86	7.500,00	535.270,86
Ação 08 - Gestão por processos	390.000,00	199.604,96	190.395,04
Área Orçamentária e Financeira	24.521,92	0,00	24.521,92
Ação 01 - Informatização da administração orçamentária e financeira	24.521,92	0,00	24.521,92
Administração Geral	163.342,00	163.342,00	0,00
Ação 01 - Implantação do plano de cargos e salários, capacitação dos servidores e adequação física	163.342,00	163.342,00	0,00
Área da Saúde	510.000,00	97.200,00	412.800,00
Ação 01 - Implantação de gestão hospitalar	510.000,00	97.200,00	412.800,00
Área de Assistência Social	153.000,00	85.000,00	68.000,00
Ação 01 - Informatização da Assistência Social	153.000,00	85.000,00	68.000,00
Total	7.285.749,49	3.421.718,60	3.862.342,89

3

DESPESAS DA PREFEITURA

Os gastos do Município de Jundiá, incluindo a Prefeitura e as demais entidades da Administração Indireta, recuaram 1,2% em 2009, ante 2008, passando de R\$ 775,1 milhões para R\$ 765,5 milhões. Na Prefeitura, a redução foi de 1,6%. Essa contenção deveu-se ao baixo dinamismo das receitas, cuja alta de apenas 1,4% foi resultado do impacto da crise financeira que se abateu sobre a economia brasilei-

ra em 2009, forçando o município a executar suas despesas em ritmo mais moderado.

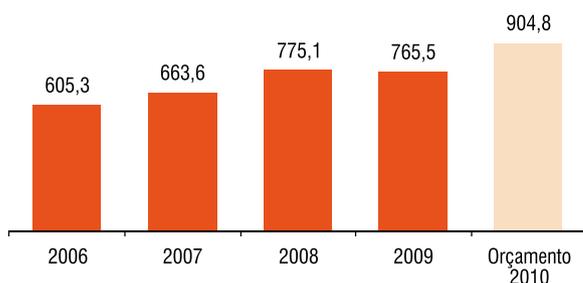
Os repasses para a Câmara Municipal foram reduzidos em 4,1%, no mesmo período, totalizando R\$ 14,5 milhões, ao passo que os R\$ 54,6 milhões transferidos às entidades da Administração Indireta representaram um acréscimo de 4,2%.

Principais itens da despesa - 2006-2009

Itens da despesa	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009	Orçamento 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009				em %		em R\$ mil
Pessoal	220.665,5	246.197,5	276.411,0	300.064,8	8,6%	43,1%	338.340,6
Ativos	210.939,0	235.149,9	264.884,7	289.552,4	9,3%	41,6%	326.456,0
Inativos	6.330,2	6.956,5	7.206,7	6.323,0	-12,3%	0,9%	6.729,1
Pensionistas	1.593,0	2.093,7	2.166,5	1.880,9	-13,2%	0,3%	2.247,8
Salário-família	1.803,3	1.997,5	2.153,1	2.308,5	7,2%	0,3%	2.907,7
Custeio	240.308,8	266.689,2	297.025,4	300.705,2	1,2%	43,2%	352.485,2
Material de consumo	32.124,0	35.787,2	37.613,6	41.805,8	11,1%	6,0%	36.714,1
Serviços de terceiros e encargos	161.571,2	175.052,1	195.475,2	208.218,5	6,5%	29,9%	295.475,8
Outras despesas de custeio	46.613,6	55.849,9	63.936,6	50.680,9	-20,7%	7,3%	20.295,3
Juros e amortizações da dívida	36.515,1	37.795,2	38.896,1	37.875,2	-2,6%	5,4%	42.948,8
Investimentos^a	68.195,6	71.782,6	95.259,2	57.783,2	-39,3%	8,3%	75.192,4
Despesa da Prefeitura	565.685,0	622.464,5	707.591,7	696.428,5	-1,6%	100,0%	808.967,0
Repasse para Câmara Municipal	13.861,3	14.974,0	15.132,1	14.512,8	-4,1%	-	22.390,0
Transferência para a administração indireta	25.786,6	26.186,7	52.410,9	54.595,8	4,2%	-	73.432,9
Despesa total^b	605.332,9	663.625,2	775.134,7	765.537,1	-1,2%	-	904.789,9

Fonte: balanços municipais. Nota: ^arefere-se à despesa de capital exceto as amortizações da dívida. ^binclui o que é repassado para as entidades da administração indireta e para a Câmara. Não inclui a despesa das indiretas realizadas com seus recursos próprios.

Evolução da despesa total
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009

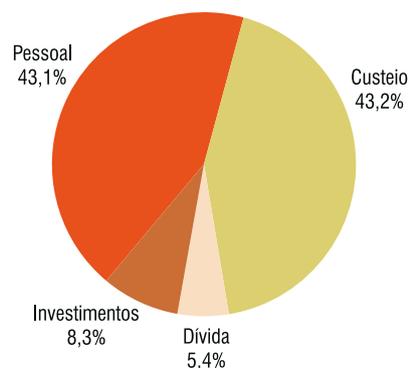


A maior parte dos dispêndios da Prefeitura é direcionada para custeio e pessoal. Em 2009, esses dois itens tiveram, praticamente, o mesmo peso na despesa, de 43%. Em 2008, essa participação havia sido de 42% e 39,1%, respectivamente. Essa equiparação deveu-se à relativa estagnação das despesas com custeio, que aumentou 1,2% em relação ao ano anterior, ao passo que houve um aumento de 8,6% nos gastos com pessoal.

Apesar de haver registrado uma queda de 2,6% em relação a 2008, a despesa com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida manteve a mesma participação no total dos gastos municipais, de 5,4%. Em contrapartida, em 2009, os investimentos apresentaram uma redução de 39,3%, o que diminuiu sua participação na despesa da Prefeitura de 13,5% para 8,3% entre 2008 e 2009.

Normalmente, em qualquer nível de governo, seja ele municipal, estadual ou federal, os investimentos são os gastos que mais sofrem cortes num período de queda ou de estagnação das receitas. E também são os que mais crescem quando as receitas têm um bom desempenho. Isso ocorre porque os investimentos são despesas mais flexíveis, sobre as quais os governos têm um maior raio de manobra. Por exemplo, eles podem ser reduzidos ou adiados numa época de crise. Já as despesas correntes, como pessoal e custeio, são mais rígidas, uma vez que seu corte poderia comprometer a prestação de serviços importantes.

Composição da despesa total - 2009



Mário Sérgio Esteves



Pavimentação de ruas no Jardim Celeste

3.1 Despesa por secretaria

A maior contenção na despesa, em 2009, ocorreu na Secretaria de Serviços Públicos, com redução de 8,4% em relação a 2008, o que significou uma economia de R\$ 7,7 milhões. Nas secretarias de Obras e de Transportes, as despesas somaram R\$ 53,3 milhões, quantia R\$ 1,6 milhão menor que a efetuada no ano anterior.

Mesmo diante da crise, foram mantidos praticamente estáveis os gastos das secretarias ligadas à área social (Educação e Esporte, Saúde e Assistência Social). Com ligeiro recuo de 1,7%, os desembolsos dessas secretarias totalizaram R\$ 380,3 milhões, valor que correspondeu a mais da metade (54,6%) de todo o gasto municipal.

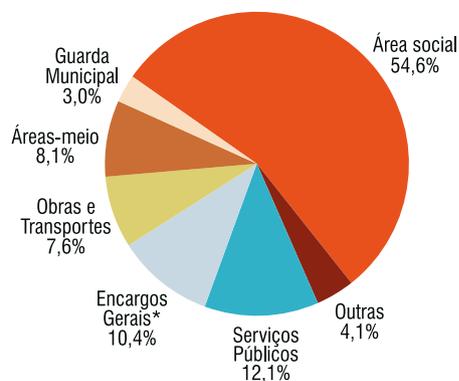
A Guarda Municipal foi uma das poucas unidades onde os gastos foram ampliados. Eles deram um salto de 22,9%, passando de R\$ 16,8 milhões, em 2008, para R\$ 20,6 milhões, em 2009. A despesa da Guarda representou 3% da total.

As secretarias de Administração, Assuntos Parlamentares, Casa Civil, Finanças, Gabinete do Prefeito, Comunicação Social, Negócios Jurídicos, e Recursos Humanos, que compõem a chamada área-meio, apresentaram uma expansão média na despesa de 2,5%, representando 8,1% do

total e chegando a R\$ 56,5 milhões em 2009. Já os Encargos Gerais, que englobam os dispêndios com o pagamento de serviços da dívida, precatórios e indenizações, entre outros, somaram R\$ 72,6 milhões, praticamente o mesmo valor gasto em 2008, com uma diferença de R\$ 695,9 mil a menor. Esses gastos significaram 10,4% do total.

A despesa das demais secretarias, como Agricultura e Abastecimento, Assuntos Fundiários, Cultura, Desenvolvimento Econômico, e Planejamento e Meio Ambiente manteve-se estável em 2009, quando comparadas aos gastos efetuados no ano anterior, consumindo R\$ 28,6 milhões, o que significou, 4,1% da despesa total.

Composição da despesa por secretaria - 2009



Despesa agrupada por secretaria - 2008-2009

Secretaria	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Área social	386.771,9	380.317,9	-1,7	54,6
Serviços Públicos	92.278,9	84.552,0	-8,4	12,1
Encargos Gerais*	73.288,7	72.592,8	-0,9	10,4
Áreas-meio	55.138,6	56.514,1	2,5	8,1
Obras e Transportes	54.816,5	53.254,3	-2,8	7,6
Guarda Municipal	16.803,2	20.645,7	22,9	3,0
Outras	28.494,0	28.551,8	0,2	4,1
Total da Prefeitura	707.591,7	696.428,5	-1,6	100,0

* São considerados os pagamentos aos serviços da dívida, requisitórios (precatórios) e indenizações, além das contribuições ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e transferências ao Instituto de Previdência do Município de Jundiá (Iprejun).



Implantação do Poupatempo no Complexo Fepasa, por meio do convênio nº 100/09, firmado pela Prefeitura de Jundiaí com o Governo do Estado de São Paulo

3.2 Pessoal

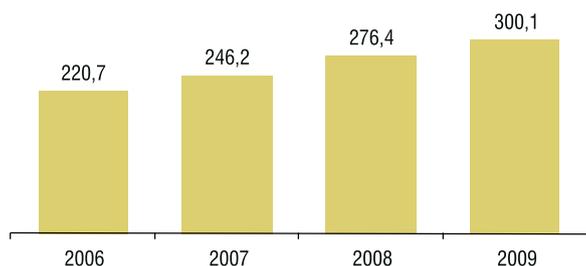
As despesas com pessoal e encargos sociais somaram R\$ 300,1 milhões em 2009, resultando num crescimento de 8,6% em relação a 2008. A despesa com os servidores ativos representou 96,5% do total do gasto com pessoal. O restante são os gastos com inativos, pensionistas e salário-família.

A implantação da última fase do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) e o reajuste de 6% nos salários, além do aumento do quadro de servidores em 187 pessoas, foram responsáveis pelo aumento de R\$ 24,7 milhões no dispêndio com pessoal ativo. Essa expansão impactou também no pagamento do salário-família, que registrou alta de 7,2% no mesmo período.

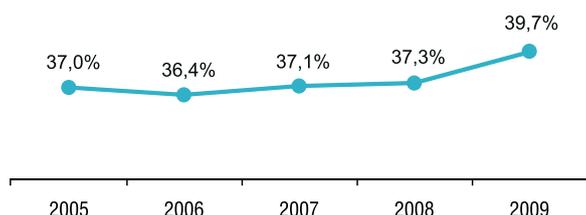
Já as despesas com servidores inativos e pensionistas de R\$ 8,2 milhões recuaram 12,5%, o equivalente a R\$ 1,2 milhão a menos que em 2008. O número de inativos e pensionistas diminuiu de 365 para 344 nesse período. A maior parte dessa queda, ou seja, R\$ 970,4 mil, corresponde ao montante que a Prefeitura transferiu ao Iprejun, para que o instituto realize o pagamento dos inativos, que, em 2009, cumpriam a carência estabelecida pela Lei Municipal nº 5.894/02.

A expansão do gasto com pessoal (8,6%) acima da registrada na receita corrente (2%) elevou sua participação nesta última, que passou de 37,3%, em 2008, para 39,7%, em 2009.

Evolução da despesa com pessoal
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Evolução da despesa com pessoal em relação à receita corrente



A Secretaria de Educação e Esportes responde pela maior parte dos gastos com pessoal do Município de Jundiá. Em 2009, sua despesa com pessoal atingiu R\$ 117,2 milhões, mais que o dobro do total gasto pela Secretaria de Saúde, que no mesmo ano alcançou R\$ 55,9 milhões. Juntas essas duas secretarias empenharam 57,7% de toda a despesa com pessoal do Município e empregaram cerca de 63,4% dos servidores.

Com relação ao vínculo empregatício dos servidores, destaca-se que a grande maioria, 81,7%, se

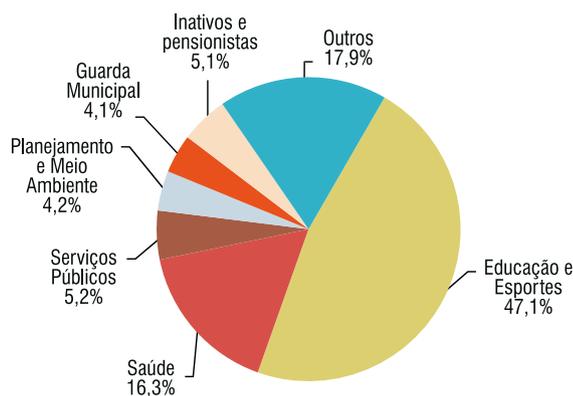
Mário Sérgio Esteves



Unidade Básica de Saúde no Almerinda Chaves

enquadra no regime jurídico estatutário. Apenas 6,3% são celetistas.

Distribuição dos servidores por secretaria - 2009



Despesa com pessoal por secretaria - 2008-2009

Secretaria municipal	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009			em %
Educação e Esportes	105.235,9	117.196,1	11,4	39,1
Saúde	51.335,6	55.942,8	15,2	18,6
Planejamento e Meio Ambiente	17.968,5	19.085,6	13,6	6,4
Guarda Municipal	15.003,0	17.415,7	16,5	5,8
Serviços Públicos	15.099,6	15.685,2	11,0	5,2
Outras	71.768,3	74.739,5	10,7	24,9
Total	276.411,0	300.064,8	12,3	100,0



Campanha de vacinação contra a gripe

Número de funcionários por secretaria - 2008-2009

Secretaria municipal	2008	2009	Composição 2009 em %
Educação e Esportes	3.125	3.200	47,1%
Saúde	1.069	1.110	16,3%
Serviços Públicos	350	353	5,2%
Planejamento e Meio Ambiente ¹	310	288	4,2%
Guarda Municipal	287	281	4,1%
Transportes	291	288	4,2%
Finanças	157	152	2,2%
Administração	113	121	1,8%
Integração Social	120	120	1,8%
Obras	104	98	1,4%
Negócios Jurídicos	92	64	0,9%
Encargos Gerais ²	71	73	1,1%
Recursos Humanos	74	69	1,0%
Casa Civil	53	69	1,0%
Governo e Comunicação Social	49	30	0,4%
Cultura	51	44	0,6%
Agricultura e Abastecimento	20	32	0,5%
Desenvolvimento Econômico	19	25	0,4%
Assuntos Fundiários	11	10	0,1%
Gabinete do Prefeito	11	18	0,3%
Assuntos Parlamentares	10	5	0,1%
Total de servidores ativos	6.387	6.450	94,9%
Inativos e pensionistas ³	365	344	5,1%
Total geral	6.752	6.794	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Recursos Humanos. Notas: ¹constam servidores do quadro especial - DAE. ²servidores cedidos a outros órgãos (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, etc.). ³servidores ou pensionistas (aposentadorias custeadas pela PMJ).

Número de funcionários por vínculo - 2008-2009

Vínculo	Número de funcionários		Variação 2009/2008	Composição 2009
	2008	2009	em %	
Estatutários	5.237	5.549	6,0%	81,7%
Comissionados	422	430	1,9%	6,3%
Celetistas	208	195	-6,3%	2,9%
Temporários ¹	133	8	-94,0%	0,1%
Outros ²	387	268	-30,7%	3,9%
Total ativos	6.387	6.450	1,0%	94,9%
Inativos e pensionistas ³	365	344	-5,8%	5,1%
Total	6.752	6.794	0,6%	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Recursos Humanos. Notas: ¹contratação temporária de médicos, professores, operadores de máquinas, etc. ²servidores municipalizados, saúde, educação. ³servidores ou pensionistas (aposentadorias custeadas pela PMJ).

3.3 Custeio

A despesa de custeio adotada para esta publicação refere-se a toda despesa corrente, exceto pessoal, juros e encargos com a dívida. Nessa categoria estão compreendidos três grandes grupos de despesas: material de consumo, serviços de terceiros e outras despesas de custeio, que, por sua vez, são desdobradas em inúmeros itens de serviços e materiais utilizados na manutenção de toda a cidade, tais como áreas públicas e equipamentos como escolas, centros esportivos, unidades de saúde, bem como aqueles necessários ao funcionamento da máquina pública. Parte de toda essa despesa com a manutenção da cidade é realizada pela própria Prefeitura e parte desses serviços é contratada de terceiros (empresas), por meio de processos licitatórios.

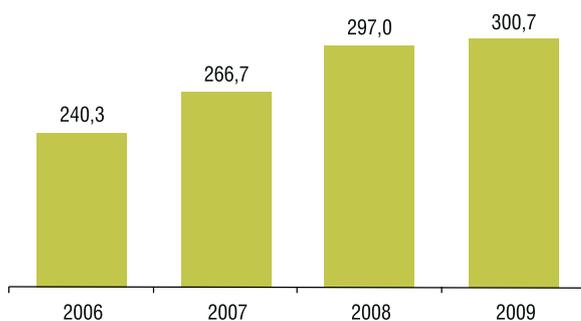
Em 2009, a despesa com o custeio da Prefeitura de Jundiá manteve-se praticamente estável em relação a 2008, com um pequeno crescimento de 1,2%, totalizando R\$ 300,7 milhões. Nota-se que, devido à crise econômica, houve um grande esforço por parte da gestão para manter esse gasto no limite da capacidade de arrecadação, haja vista que, nos últimos dois anos, ele apresentou taxas de crescimento acima de 10%. É importante destacar que toda vez que o Município realiza um investimento, as despesas com funcionários, ma-

teriais e serviços para o funcionamento e manutenção do novo equipamento também são ampliadas. Por exemplo, novas escolas e unidades de saúde precisam de professores, merenda escolar, médicos, enfermeiros, medicamentos e muitos outros profissionais e itens de consumo.

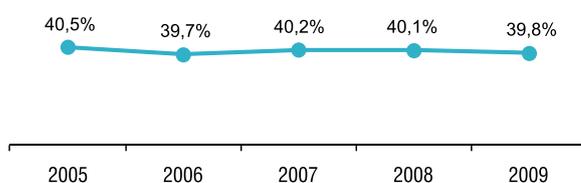
Como o aumento do custeio foi inferior ao crescimento de 2% da receita corrente, houve também uma diminuição na relação custeio/receita corrente, que passou de 40,1%, em 2008, para 39,8%, em 2009.

A Secretaria de Saúde responde pela maior parcela do custeio. Em 2009, foram gastos R\$ 128,9 milhões, o que representou 42,9% de todo o custeio da Prefeitura. Isso se explica pelos custos elevados da área da saúde, que incluem medicamentos, materiais de consumo hospitalares, laboratoriais e ambulatoriais, manutenção de equipamentos e outros tipos de despesas utilizadas na prestação de serviços à comunidade. Já as secretarias de Serviços Públicos e de Educação e Esportes respondem, respectivamente, pela segunda e terceira maior participação nos gastos de custeio do Município, totalizando, em 2009, R\$ 67,6 milhões e R\$ 51,3 milhões, na mesma ordem (veja mais no item sobre Educação na página 29 e Urbanismo na página 48).

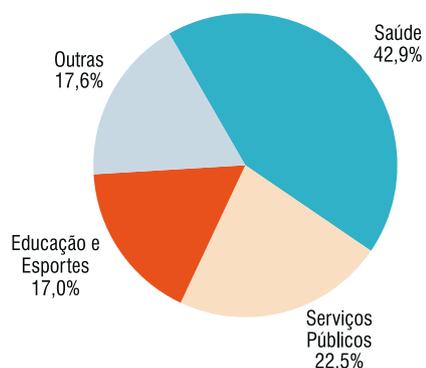
Evolução da despesa com custeio
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Evolução da despesa com custeio
em relação à receita corrente



Despesa com custeio por secretaria - 2009



Mário Sérgio Esteves



Obras na Vela do Lixão
no Jardim São Camilo

Despesas com custeio por secretaria - 2008-2009

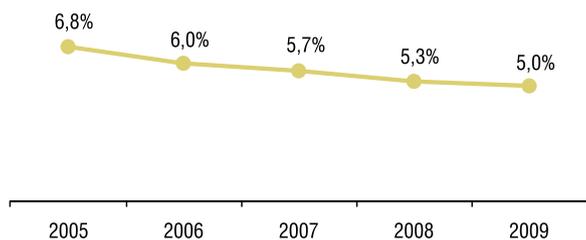
Secretaria municipal	2008	2009	Variação	Composição
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		2009/2008	2009
			em %	
Saúde	122.295,3	128.874,7	5,4	42,9
Serviços Públicos	75.611,6	67.596,7	-10,6	22,5
Educação e Esportes	49.964,6	51.255,4	2,6	17,0
Outras	49.153,9	52.978,4	7,8	17,6
Total	297.025,4	300.705,2	1,2	100,0

3.4 Dívida

Quando há a necessidade de realização de investimentos de grande porte, geralmente as administrações municipais recorrem a fontes de recursos adicionais, como convênios com os governos estadual ou federal, ou através da obtenção de crédito com instituições financeiras ou de fomento, o que gera uma dívida para o Município. As dívidas com prazos de vencimento superiores a 12 meses são chamadas de dívida de longo prazo ou fundada.

Em 2009, os gastos com juros, encargos e amortizações da dívida fundada de Jundiá reduziram-se em 2,6%, quando comparados a 2008, totalizando R\$ 37,9 milhões. Desde 2005, essas despesas com os serviços da dívida têm se mantido praticamente no mesmo patamar, variando entre R\$ 36,5 milhões e R\$ 38,9 milhões. Essa relativa estabilidade no gasto, aliada ao alto crescimento das receitas nos últimos cinco anos, tem refletido na participação da despesa com a dívida na receita corrente, que baixou de 6,8% em 2005 para 5% em 2009.

Evolução dos gastos com a dívida em relação à receita corrente



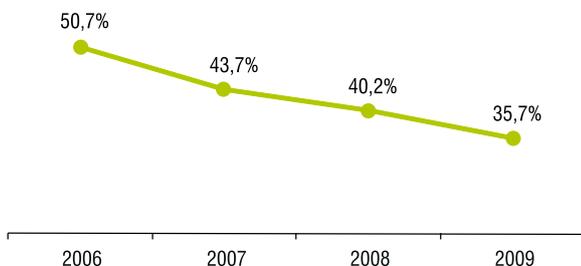
Essa despesa refere-se aos serviços de uma dívida consolidada que alcançou um total de R\$ 310,9 milhões, ao final de 2009. Em relação ao ano anterior, quando a dívida era de R\$ 338 milhões, a preços corrigidos da inflação, houve uma queda de 8%, que proporcionou uma redução de seu peso na receita corrente líquida de 40,2% para 35,7%, nesses dois anos.



Sinalização viária da cidade

Ao se considerar a dívida consolidada líquida, isto é, excluídas as disponibilidades de caixa, as aplicações bancárias e os demais haveres financeiros, o comprometimento da receita corrente líquida é de apenas 16,51%, percentual que está bem abaixo do limite de 120% estabelecido pelo Senado Federal (Resolução nº 40/01) e disciplinado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Dívida consolidada em relação à receita corrente líquida*



Atualmente, o maior débito de Jundiá refere-se ao contrato de refinanciamento de dívidas firmado com o Banco do Brasil, em 1999, com duração de 360 meses. Esse contrato responde por mais da metade (51%) de toda a dívida consolidada do Município. Outra expressiva parcela é formada por débitos com o Iprejun, que respondem por 32,3% do total. O restante da dívida é composto por contratos com a Caixa Econômica Federal (7,7%) e o BNDES (2,9%) para a realização de investimentos, e por precatórios judiciais (6,1%).



Parque da Cidade

Perfil da dívida fundada - 2008-2009

Itens da dívida fundada	31/12/2008	31/12/2009	Composição 2009
	em R\$ mil - correntes		em %
Operações de crédito	261.831,2	260.040,4	83,6
• Banco do Brasil	164.284,1	158.648,7	51,0
• Caixa Econômica Federal	14.693,4	23.834,1	7,7
• BNDES	15.669,3	9.126,6	2,9
Situ	11.137,7	4.108,3	1,3
PMAT	1.001,3	2.600,4	0,8
Finame	3.530,3	2.417,9	0,8
• Iprejun empréstimo	67.184,5	68.431,0	22,0
Outras dívidas	60.414,1	50.836,3	16,4
• Iprejun dívida	31.349,3	31.931,0	10,3
• INSS	-	-	-
• Requisitórios judiciais	29.064,8	18.905,3	6,1
Total geral	322.245,3	310.876,7	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

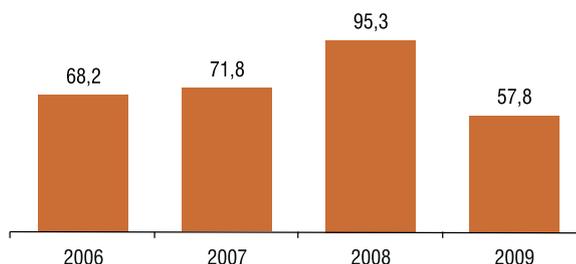
3.5 Investimentos

A crise financeira impactou fortemente na redução dos investimentos da Prefeitura de Jundiá. Em 2009, houve uma retração de 39,3% no volume de investimentos, que caiu de R\$ 95,3 milhões, em 2008, para R\$ 57,8 milhões, em 2009. Como já mencionado anteriormente, quando há uma retração ou uma desaceleração no crescimento das receitas, geralmente, os governos optam por uma redução no ritmo de investimentos, como forma de manter os gastos sob efetivo controle, haja vista que os investimentos são despesas que possuem uma menor rigidez, comparadas com as de pessoal e custeio, que não são compressíveis.

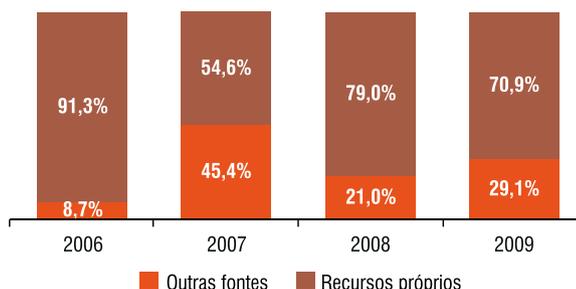
Com relação à fonte dos recursos aplicados em investimentos, assim como nos anos anteriores, em 2009, a maior parte (70,9%) proveio de fontes próprias, totalizando R\$ 41 milhões. O restante dos investimentos (R\$ 16,8 milhões) foi financiado com recursos de outras fontes, dos quais, R\$ 11,6 milhões (ou seja, 20%) foram obtidos através de operações de crédito. Os recursos transferidos pelo Estado e pela União somaram R\$ 3,1 milhões e

R\$ 1,3 milhão, respectivamente, e outros R\$ 867,7 mil originaram-se de outras receitas de capital.

Evolução dos investimentos
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Investimentos com recursos próprios e outras fontes



Investimentos por fonte de recursos - 2008-2009

Origem do recurso	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009			
• Investimentos com recursos próprios	75.221,0	40.972,2	-45,5%	70,9%
• Operações de crédito	16.116,2	11.580,8	-28,1%	20,0%
• Transferência de capital	1.314,9	4.362,6	231,8%	7,5%
Transferência da União	209,8	1.280,8	510,6%	2,2%
Transferência do Estado	1.105,1	3.081,8	178,9%	5,3%
• Outras receitas de capital	2.607,1	867,7	-66,7%	1,5%
Investimento total	95.259,2	57.783,2	-39,3%	100,0%

Composição dos investimentos - 2008-2009

Item	2008	2009	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		
Obras e instalações	46.524,7	31.299,0	54,2%
Sentenças judiciais	12.632,9	13.303,7	23,0%
Indenizações e restituições	52,9	312,5	0,5%
Aquisição de imóveis	21.357,9	220,9	0,4%
Outros	14.690,9	12.647,1	21,9%
Total	95.259,2	57.783,2	100,0%

Investimentos - 2009

Órgão	Descrição	Valor em R\$ mil
Guarda Municipal	Manutenção dos serviços de vigilância e apoio policial	1.561,8
Secretaria Municipal de Educação e Esportes	Construção, ampliação e reforma de prédios escolares (fundamental)	4.841,5
	Manutenção do ensino fundamental	1.392,7
	Construção, ampliação e reforma de creches	1.095,8
Secretaria Municipal de Finanças	Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT)	1.278,2
Secretaria Municipal de Obras	Pavimentação e retificação de vias urbanas	16.275,8
	Construção e reformas de pontes e viadutos	3.084,8
	Dragagem, retificação e canalização de rios e córregos	2.408,7
	Pavimentação e retificação de estradas vicinais	748,9
	Construção de galerias de águas pluviais	657,5
	Estabilização de encostas e taludes	421,2
	Programa de mobilidade urbana	365,9
Secretaria Municipal de Saúde	Reforma e adequação de Ambulatório de Medicina Especializada (AME)	2.490,0
	Prestação de assistência médica e odontológica/MAC	1.378,4
	Prestação de assistência médica e odontológica-atenção básica	845,6
	Construção, ampliação e reforma de unidades básicas de saúde	833,0
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	Ampliação da rede de iluminação pública	536,7
	Manutenção da iluminação pública	202,2
Secretaria de Transportes	Fundo Municipal de Trânsito	361,7
Encargos gerais do município ⁴	Pagamentos de requisitórios	13.186,5
Investimentos das demais secretarias		3.816,3
Total de investimentos em 2009		57.783,2

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças. Nota: ⁴encargos gerais como: serviço da dívida, contribuições ao Pasesp, requisitos judiciais, indenizações por acordo, entre outros recursos destinados às despesas de responsabilidade geral da Prefeitura.

Construção de ponte sobre o Rio Jundiá





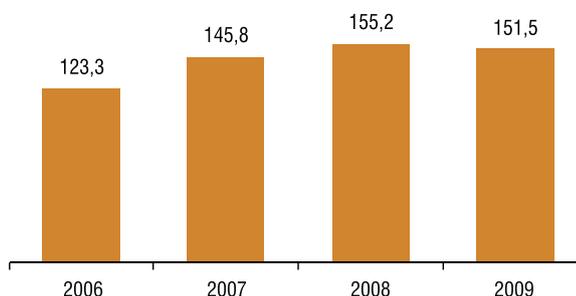
Ampliação da creche no Jardim Tamoio

3.6 Educação

A educação básica, que engloba os ensinos infantil e fundamental, e educação especial e de jovens e adultos (EJA), é uma das áreas de atuação governamental que mais recebem recursos do poder público para desempenhar suas atividades. Em 2009, ela recebeu R\$ 151,5 milhões, o que correspondeu a 21,8% do total dos dispêndios da Prefeitura de Jundiá, mantendo a mesma participação no total da despesa de 2008, quando a área contabilizou R\$ 155,2 milhões, em valores corrigidos da inflação.

A grande demanda da população por educação pública e a obrigatoriedade constitucional de aplicação mínima de 25% das receitas de impostos e transferências nas ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) são os principais fatores que explicam o forte peso da educação nos orçamentos municipais. Jundiá tem cumprido com a obrigação constitucional, tendo aplicado 25,53% das receitas citadas em MDE, em 2009, ante 25,38% em 2008.

Evolução da despesa com educação básica
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009

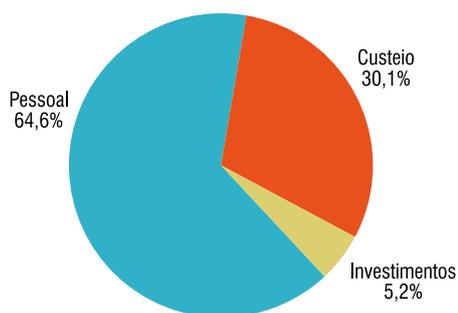


Do total despendido em 2009, 64,6% (equivalentes a R\$ 97,9 milhões) foram utilizados para custear as despesas com pessoal, 30,1% (ou R\$ 45,7 milhões) foram direcionados para custeio e 5,2% (R\$ 7,9 milhões) para investimentos. A diminuição de 64,4% (R\$ 14,4 milhões) nos investimentos, entre 2008 e 2009, é justificada pela diminuição de construções de escolas. Já as despesas com custeio mantiveram-se relativamente estáveis, com um crescimento de 1,9%, enquanto que os gastos com pessoal aumentaram 11,2%, no mesmo período.

Despesa na função educação básica - 2008-2009

Item	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009			
Pessoal	88.043,6	97.922,7	11,2%	64,6%
Custeio	44.814,1	45.654,4	1,9%	30,1%
Investimentos	22.307,4	7.946,2	-64,4%	5,2%
Total	155.165,1	151.523,3	-2,3%	100,0%

Despesa com educação básica por item - 2009



O ensino fundamental é a modalidade que recebe a maior parcela dos recursos da educação municipal, na medida em que concentra a maior parte da de-

manda por serviços do setor. Em 2009, a Prefeitura de Jundiá gastou R\$ 104,9 milhões com o ensino fundamental e R\$ 44,1 milhões com a educação infantil. Já com a educação de jovens e adultos e outras modalidades, foram despendidos R\$ 2,5 milhões.

O Município de Jundiá contava em 2009 com 124 estabelecimentos escolares, que atendiam aos 38.515 alunos. A maior parte (51,7%) pertencia ao ensino fundamental. A EJA respondeu pelo segundo maior contingente de alunos (24%). O município contava com 1.713 professores titulares, dos quais 87,4% possuíam curso superior com licenciatura.

Despesa em educação por modalidade de ensino - 2008-2009

Modalidade	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Ensino Fundamental	103.860,6	104.932,7	1,0%	69,3%
Ensino Infantil	49.338,4	44.133,2	-10,6%	29,1%
Demais	1.966,1	2.457,3	25,0%	1,6%
Total	155.165,1	151.523,3	-2,3%	100,0%

Quantitativo de unidades escolares da rede municipal - 2007-2009

Tipo de unidade escolar	2007	2008	2009
Creche	19	25	25
Ensino Fundamental	34	28	25
Educação de Jovens e Adultos (Supletivo)	1	17	16
Creche / Pré-escola	4	2	2
Pré-escola / Ensino Fundamental	53	24	52
Creche / Pré-escola / Ensino Fundamental	2	29	3
Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos			1
Total	113	125	124

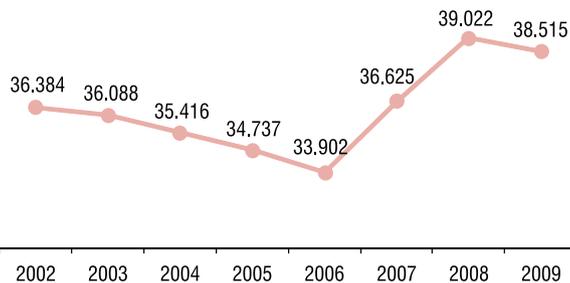
Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Número de alunos por modalidade de ensino da rede municipal - 2008-2009

Modalidade de ensino	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
			em %	
Creche	2.305	2.706	17,4%	7,0%
Pré-escola	5.945	6.344	6,7%	16,5%
Ensino Fundamental	21.037	19.910	-5,4%	51,7%
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	9.423	9.245	-1,9%	24,0%
Educação Especial	312	310	-0,6%	0,8%
Total	39.022	38.515	-1,3%	100,0%

Fonte: MEC/Inep/Resultados do Censo Escolar.

Evolução das matrículas na rede municipal de ensino



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Esportes.



Construção da Escola Municipal de Ensino Básico na Vila Marlene

Principais investimentos em educação - 2009

Contrato	Descrição	Valor em R\$ mil
62/09	Execução de obra de construção da EMEB Vila Marlene (EI 06 a 10 anos) Av. Bento Figueiredo, VI Marlene	1.517,3
10/09	Execução de obra de construção de Emeb-EI (4 a 6 anos) Av. Nilo Passi, S/N, Currupira	837,1
172/08	Execução de obra de conclusão da Emeb-EI (0 a 3 anos) e da zeladoria no Jardim Novo Mundo	274,0
71/09	Execução da obra de ampliação da Emeb Deodato Janki, na Rua Idalina Gonçalves Dias 1080, Jardim Tarumã	172,5
Diversos	Emeb Reynaldo Montalvão Basile e na Emeb Ruth Cartura Weimann - Jardim Tarumã, Emeb Isabel Cristina Marques de Oliveira - Jardim Guanabara, Emeb Pedro Clarismundo Fornari - Rio Acima, Creche Piêr Angela - Jardim do Lago, Emeb Paiol Velho, Emeb Patrícia Pires - Parque Centenário, Emeb Naman Tayar - Jardim Ângela, Emeb Melânia Fortarel Barbosa - Bairro do Poste	147,7
119/09	Execução de obra de construção de cobertura de quadra poliesportiva (20x30m) na Emeb Melânia Fortarel Barbosa, Bairro do Poste	117,7
163/09	Execução de obra de reforma e ampliação da creche do Jardim Tamoio	110,5
09/09	Execução de obra de ampliação e reforma da Emeb Profª Maria Thereza Almeida Pontes e Nogueira - Jardim Califórnia	79,2

Fonte: Secretaria Municipal de Obras.

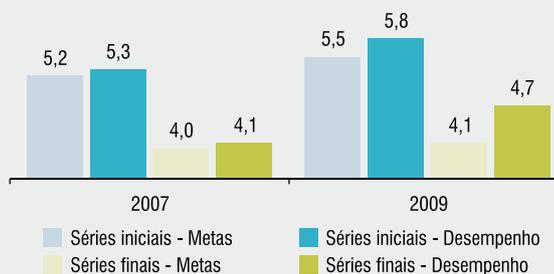
Jundiá no Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 com o objetivo de verificar a qualidade do ensino básico no país. O índice varia de 0 a 10, é medido a cada dois anos e toma como base as avaliações de desempenho dos alunos e as taxas de aprovação. A meta para o Brasil é alcançar a nota 6 até 2022, índice que corresponde à qualidade de ensino de países desenvolvidos.

O desempenho da rede municipal de ensino de Jundiá no Ideb tem superado as expectativas. Os indicadores do ensino fundamental do município, tanto nas séries iniciais (até o 5º ano) quanto nas finais (6º ao 9º ano), novamente ficaram acima das metas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) - veja gráfico a seguir. Em 2009, a avaliação das séries iniciais foi de 5,8, enquanto que

as séries finais alcançaram um Ideb de 4,7. No ano de 2007, o desempenho do Ideb havia sido de 5,3 e 4,1, respectivamente.

Desempenho do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Jundiá no Ideb, 2007 e 2009



SAIBA MAIS

Como é o financiamento da educação básica nos municípios

A Constituição Federal de 1988 estabelece no art. 212 que os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% de toda sua receita bruta proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Lei Kandir, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece, em seu artigo 70, as ações típicas de MDE, tais como as relacionadas à aquisição, à manutenção e ao funcionamento das instalações e equipamentos necessários ao ensino; ao uso e à manutenção de bens e serviços; à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação; à aquisição de material didático; ao transporte escolar, entre outros.

Fundeb

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é de natureza contábil, criado pela Emenda Constitucional nº 53/06 e regulamentado pela Lei nº 11.494/07 e pelo Decreto nº 6.253/07. Essencialmente,

possui o objetivo de aumentar e redistribuir o volume de recursos destinados à educação básica (educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação de jovens e adultos).

O Fundeb é formado por 20% das receitas que os municípios recebem de ICMS, IPVA, ITR e FPM. Os governos estaduais também contribuem com esse fundo, na proporção de 20% de suas receitas de ICMS, IPVA, Imposto sobre a Transmissão de bens Causa Mortis (ITCD), IPI-exportação, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Lei Complementar 87/96. O fundo é constituído no âmbito estadual e distribuído entre o Estado e seus respectivos municípios de acordo com o número de matrículas no ensino básico de cada ente. Os municípios recebem um volume de recursos maior ou menor em relação à quantia com a qual contribuíram para o Fundeb. Isso depende tanto do volume da receita municipal quanto do número de alunos matriculados. Aqueles que registram saldos negativos com o Fundeb estão, na realidade, promovendo uma redistribuição de recursos em favor de municípios com menor receita e maior quantidade de alunos.

Os recursos de Fundeb devem ser aplicados da seguinte forma: um mínimo de 60% na remuneração dos profissionais do magistério e um máximo de 40% na manutenção e no desenvolvimento do ensino básico.



Escola Municipal de Ensino Básico no Bairro Currupira

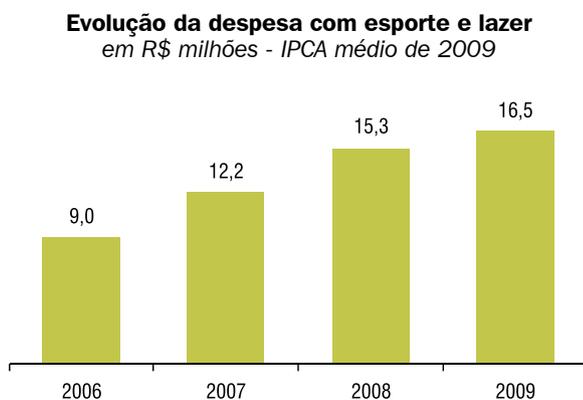


Ginástica nos centros esportivos

3.7 Esportes e lazer

As ações em esporte e lazer no Município são desenvolvidas pela Secretaria Adjunta de Esportes, atrelada à Secretaria de Educação. Para exercer essa função, a Secretaria de Esportes consumiu R\$ 16,5 milhões, em 2009, valor quase 8% acima do registrado em 2008. A maior parte dessa despesa (76,1%) é direcionada ao pagamento de pessoal. O segundo maior item do gasto com esporte e lazer são os custeios, com 21,5% do total. Os investimentos ficaram com 2,4%, em 2009.

As atividades esportivas desenvolvidas abrangem as modalidades de atletismo, basquete, futebol, futsal, ginástica, ginástica para a terceira idade, ginástica olímpica, handebol, natação, tênis de campo e voleibol. A cidade de Jundiaí possui 18 complexos, espalhados em diversos bairros, onde são realizados os treinamentos, torneios, campeonatos e diversas



práticas esportivas, chamados de Complexos Educacionais, Culturais e Esportivos (CECE).

A quase totalidade dos recursos voltados para esporte e lazer (90,2%) foi destinada a programas voltados para o desporto comunitário e o restante para o desporto de rendimento e a administração geral.

Despesa com esporte e lazer por programa - 2008-2009

Item	2008	2009	Varição 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Administração geral	41,0	61,9	50,8%	0,4%
Desporto de rendimento	1.390,2	1.560,3	12,2%	9,4%
Desporto comunitário	13.914,2	14.903,5	7,1%	90,2%
Total	15.345,4	16.525,6	7,7%	100,0%

Distribuição de recursos por modalidade esportiva - 2009

Esporte de rendimento	<i>Incentivar a prática de esportes competitivos e apoiar atletas e entidades esportivas na participação de torneios e campeonatos</i>	
Jogos abertos, regionais, da juventude, estaduais dos idosos e jogos regionais dos idosos	R\$ 517.861	1.200 atletas
Esporte educacional	<i>Promover o acesso aos equipamentos esportivos de lazer e incentivar atividades motoras, beneficiando a população com educação completa</i>	
Programa Segundo Tempo: iniciação esportiva em ginástica circense, karatê, tae-kwon-do, tênis, ginástica artística e boxe	R\$ 1.996.243	7.000 crianças e adolescentes
Esporte de participação	<i>Contribuir para a integração social principalmente das pessoas portadoras de necessidades especiais e terceira idade, na promoção da saúde e educação do indivíduo</i>	
Ginástica corporal, ligas amadoras, terceira idade, dia do desafio, campeonato amador, Circuito das Frutas, Olimpíadas, Olimpíadas da Uva	R\$ 270.000	12.650 adultos

Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Esportes.

Principais investimentos em esportes e lazer - 2009

Contrato	Descrição	Valor em R\$ mil
01/09	Execução da obra de construção de cobertura da quadra poliesportiva na Emeb Profª Judith Almeida Curadp Arruda	275,7
2/09	Execução da obra de construção de cobertura da quadra poliesportiva na Emeb Professor Geraldo Pinto Duarte Paes	256,1
Diversos	Execução da obra de construção de cobertura de quadra poliesportiva na Emeb Deodato Jansky - Jardim Tarumã, Emeb Profª Isavel C. M. Oliveira - Jardim Guanabara, Emeb Profª Antonio Adelino M. Brandão - Morada das Vinhas, Galpão - Ivoturuaica, C.E.C.E. Nicolino de Lucca - Bolão	227,4
40/09	Execução dos serviços de instalação elétricas no complexo educacional, cultural e esportivo Francisco Dal Santo - Vila Rami	147,2
127/09	Execução da obra de construção de cobertura da quadra poliesportiva (20x30m) na Emeb Jânio da Silva Quadros, Parque Eloy Chaves	139,6
51/09	Execução da obra de cobertura da quadra poliesportiva no Complexo Educacional, Cultural e Esportivo Vanderlei Antonio Sperandio, na Rua Pedro Augusto de Oliveira, S/N	134,4
128/09	Execução da obra de construção de cobertura da quadra poliesportiva (20x30m) na Emeb Pedro de Oliveira, Ponte São João	119,8
122/09	Execução da obra de construção de cobertura da quadra poliesportiva (20x30) na Emeb Ranieri Mazzili, Vila Esperança	117,4
105/09	Execução de obra de construção de cobertura de quadra poliesportiva (20x30m) na Emeb Cléo Nogueira Barbosa, Jardim Novo Horizonte	97,6
101/09	Execução de obra de construção de cobertura de quadra poliesportiva (20x30m) na Emeb Aparecido Garcia, Jardim Martins	93,3
126/09	Execução de obra de construção de cobertura de quadra poliesportiva (20x30m) na Emeb Duílio Mazzeiro, Bairro da Toca	91,3
160/08	Execução de obra de construção de pista de skate overall no C.E.C.E. José Brenna	59,3



Quadra coberta na Emeb Isabel Oliveira no Jardim Guanabara

Complexos Educacionais, Culturais e Esportivos em Jundiá

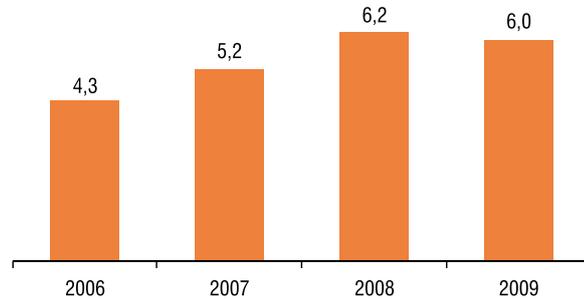
Nome do complexo	Bairro
1 C.E.C.E. Antônio de Lima	Agapeama
2 C.E.C.E. Antônio Iacovino	Vila Nambi
3 C.E.C.E. Antônio Marcussi	Vila Cristo
4 C.E.C.E. Antônio Ovídeo Bueno	Vila Liberdade
5 C.E.C.E. Aramis Polli	Vila Hortolândia
6 C.E.C.E. Benedito De Lima	Retiro
7 C.E.C.E. Dr. Nicolino De Luca - Bolão	Anhangabaú
8 C.E.C.E. Dr. Romão De Souza	Colônia
9 C.E.C.E. Francisco Álvaro Siqueira Neto	Jardim Martins
10 C.E.C.E. Francisco Dal Santo	Vila Rami
11 C.E.C.E. Jardim Ângela	Vila Aparecida
12 C.E.C.E. José Brenna (Sororoca)	Vila Municipal
13 C.E.C.E. José De Marchi	Estrada Municipal do Varjão
14 C.E.C.E. José Pedro Raymundo	Vila Rio Branco
15 C.E.C.E. Léo Pereira Lemos Nogueira	Sarapiranga (Medeiros)
16 C.E.C.E. Morada Das Vinhas	Morada das Vinhas
17 C.E.C.E. Nilo Avelino Macedo	Jardim Esplanada
18 C.E.C.E. Vanderlei Antonio Sperandio	Jardim Santa Gertrudes

Fonte: Secretaria Adjunta de Esportes.

3.8 Cultura

Foram destinados R\$ 6 milhões para a cultura em 2009. Em relação a 2006, houve um aumento de 38,3% no orçamento da cultura.

Evolução da despesa com cultura
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



A política municipal de cultura é executada pela Secretaria de Cultura, que conta com o seguinte aparato institucional para viabilizar suas ações: Casa da Cultura, Teatro Polytheama, Centro das Artes (Sala Glória Rocha), Museu Histórico e Cultural, Centro Jundiáense de Cultura/Pinacoteca e Projeto Guri, esse executado em parceria com o Governo do Estado de São Paulo.

Através desse aparato foram realizadas diversas ações que proporcionaram acesso às atividades culturais para os diversos segmentos da sociedade. Além dessas ações, vale destacar a criação do Núcleo Japi de Preservação da Cultura Imaterial Regional, cujo objetivo é a preservação do patrimônio cultural da cidade e a integração com os municípios da região.

A execução dessas ações demanda que a maior parte dos recursos seja direcionada para os itens de pessoal e custeio, que, juntos, compõem a quase totalidade (98,8%) da despesa com a área da cultura.



Teatro Polytheama

Despesa com cultura por item - 2008-2009

Itens	2008	2009	Variação	Composição
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		2009/2008	2009
				em %
Pessoal	3.061,5	3.195,4	4,4%	53,4%
Custeio	2.787,0	2.710,9	-2,7%	45,3%
Investimentos	334,0	79,1	-76,3%	1,3%
Total	6.182,6	5.985,4	-3,2%	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura.

Ações realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura - 2009

Ações	Número de participantes
Carnaval - Desfile das escolas de samba	68.000
Virada Cultural Paulista	50.000
Vitrine da Dança	9.200
Arte e Educação no Palco	6.652
Concertos de Natal	5.300
Dança na Glória	4.231
Matinê no Teatro Polytheama	3.204
Concertos no Teatro Polytheama	1.961
Oficinas Culturais	1.671
Festival de Dança	1.217
Encontro de Corais	1.212
Mostra Jundiáense de Teatro	1.135
Festival de Música Jundiá Canta Encanto	1.015
Festival de Música Sertaneja	450
Viagem Fantástica pelo Teatro Polytheama	360
Meio Dia no Centro das Artes	193
Programa Jovens Instrumentistas	183

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura.

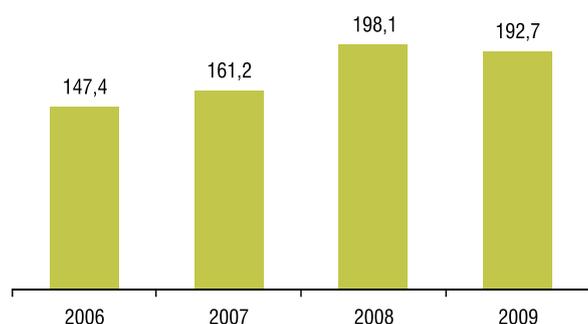
3.9 Saúde

Dentre todas as funções da administração municipal, a saúde é a que demanda o maior volume de recursos. Ao longo dos últimos anos, mais de um quarto do financiamento das despesas da Prefeitura de Jundiá tem sido destinado à prestação de serviços na saúde. Em 2009, ela recebeu R\$ 192,7 milhões, o que correspondeu a 27,7% do total dos gastos da Prefeitura de Jundiá, percentual 0,3 ponto acima do mesmo indicador de 2008, quando a saúde despendeu R\$ 198,1 milhões, em valor atualizado pelo IPCA.

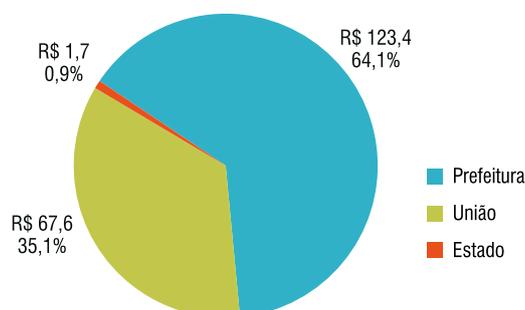
Do total dos recursos destinados para a saúde em 2009, 64,1% são oriundos do Tesouro Municipal e 35,1% das transferências do SUS e de convênios pro-

venientes, sobretudo, do governo federal. Os recursos do SUS são transferidos do Fundo Nacional de Saúde diretamente para o Fundo Municipal de Saúde.

Evolução da despesa com saúde
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Origem dos recursos para a saúde - 2009
em R\$ milhões



Com isso, Jundiá aplicou no setor 22,2% de suas receitas próprias e de transferências, superando com folga o mínimo de 15%, exigido pela Constituição Federal.

Do total despendido com a saúde, em 2009, 67,8% foi destinado às despesas com custeio, que inclui os itens de material de consumo, serviços hospitalares como exames, medicamentos, manutenção de equipamentos e material de laboratório, entre outros. Os gastos com pessoal representaram 29% das despesas na função saúde.

A Prefeitura de Jundiá repassou no âmbito do convênio que mantém com o Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, para atendimento da assistência ambulatorial e hospitalar dos usuários SUS de Jundiá e das cidades da microrregião, R\$ 89,5 milhões, sendo 61% oriundos do Tesouro Municipal e 39% de transferências do governo federal. Esse total representa 46,5% das despesas com a função saúde, e 68,6% do custeio da Secretaria de Saúde.

Os investimentos totalizaram R\$ 6,2 milhões, com um recuo de 73,6%, em relação a 2008. Essa redução explica-se pelo grande volume de investimentos registrado em 2008, com destaque para a aquisição do prédio da Casa de Saúde Dr. Domingos Anastásio, que irá abrigar o futuro Hospital Regional, e pela ausência de crescimento das receitas, que foram afetadas pela crise econômica mundial em 2009. Em relação a 2007, o volume de investimentos em saúde apresentou um crescimento de 6,8%. Já a despesa de pessoal apresentou um aumento de 9%, comparada a 2008, justificado pela contratação de profissionais para o setor.

Despesa na função saúde por item - 2008-2009

Itens	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Pessoal	51.335,6	55.942,8	9,0%	29,0%
Custeio	123.470,4	130.550,7	5,7%	67,8%
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo	85.803,9	89.521,4	4,3%	46,5%
Demais custeios	37.666,4	41.029,3	8,9%	21,3%
Investimentos	23.303,6	6.162,7	-73,6%	3,2%
Total	198.109,5	192.656,2	-2,8%	100,0%



Unidade Básica de Saúde no Jardim Sarapiranga

Despesa com saúde por nível de atendimento - 2008-2009

Item	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Assistência hospitalar	139.509,6	132.309,9	-5,2%	68,7%
Atenção básica	43.697,5	44.336,6	1,5%	23,0%
Vigilância epidemiológica	7.854,6	8.389,7	6,8%	4,4%
Administração geral	4.773,5	4.910,7	2,9%	2,5%
Vigilância sanitária	2.274,4	2.709,3	19,1%	1,4%
Total	198.109,5	192.656,2	-2,8%	100,0%

Além dos R\$ 192,7 milhões que foram destinados para a manutenção e expansão dos serviços de saúde, que estão demonstrados por nível de atendimento na tabela acima, a Prefeitura repassou mais o montante de R\$ 21 milhões, no âmbito de um convênio de compra de serviços nas áreas materno e infantil, para a Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ) - veja página 52, que é responsável pela manutenção do Hospital Universitário (HU). Desse total, R\$ 14,6 milhões (70%) foram recursos próprios do

Tesouro Municipal e R\$ 6,4 milhões (30%) transferidos pelo governo federal.

Em 2009, a Prefeitura de Jundiaí iniciou a construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) no Jardim Sarapiranga, que funcionará em conjunto com o Programa de Saúde da Família (PSF) do bairro Medeiros. A primeira fase de reforma e adequação do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) foi concluída, bem como a reforma e ampliação

da UBS Morada das Vinhas, aumentando a oferta de serviços prestados à população. A conclusão da reforma do AME está prevista para 2010, se-

gundo cronograma de execução da obra, e o seu funcionamento deve ter início no primeiro semestre de 2011.

Principais investimentos em saúde - 2009

Contrato	Descrição	Valor em R\$ mil
199/08	Execução de obra de reforma do prédio localizado à Rua Rangel Pestana, 517 - Centro, para instalação do Ambulatório Médico de Especialidades (AME)	2.153,0
82/08	Fornecimento de elevadores a serem instalados no Ambulatório Médico de Especialidades (AME)	337,0
128/08	Execução da obra de reforma e ampliação da UBS Morada das Vinhas	144,5
167/09	Execução de obra de construção de UBS Jd Guanabara	120,0
131/09	Elaboração de projeto básico de arquitetura para implantação do pronto-atendimento da ponte São João e pronto-atendimento da Vila Progresso	105,0
188/08	Execução de obra de conclusão de construção da UBS Vila Rui Barbosa	86,3
162/09	Execução de obra de construção de UBS Jardim Tamoio	59,2
52/09	Execução das obras e reformas diversas: NIS - Anhangabau, UBS Rio Acima, UBS Jardim Novo Horizonte	108,3

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

Estrutura física de atendimento na saúde - 2009

Tipo de estrutura física	Quantidade
Unidades Básicas de Saúde	29
Serviço de Atendimento Especial a Crônicos (Saec) - ambulâncias ¹	15
Unidades de Saúde da Família - equipes	8
Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (Samu) - ambulâncias ¹	4
Pronto-atendimentos	4
Hospital Municipal ²	2
Ambulatório de Especialidades do Núcleo Integrado de Saúde (NIS)	1
Ambulatório de Especialidades da Faculdade de Medicina de Jundiaí	1
Ambulatório de Moléstias Infectocontagiosas	1
Ambulatório de Saúde da Mulher	1
Ambulatório de Saúde Mental	1
Centro de Atenção Psicossocial Adulto	1
Centro de Atenção Psicossocial Infantil	1
Núcleo de Apoio ao Portador de Deficiências	1
Centro Odontológico	1
Ambulatório de Geriatria e Gerontologia	1
Central Farmacêutica de Abastecimento	1
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	1
Seção de Controle de Zoonoses	1
Serviço de Verificação de Óbito (SVO)	1
Serviço de Vigilância Epidemiológica	1
Serviço de Vigilância Sanitária	1
Serviço de Vigilância de Alimentos	1

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde. Notas: ¹Samu e Saec - número de unidades de transporte (ambulâncias). Existem ainda mais 2 ambulâncias reservas para o Samu. ²Hospital Municipal materno e infantil de Hospital Geral.

Número de leitos - 2009

Unidade	Número de leitos
Hospital São Vicente de Paulo	209
Hospital Universitário	121
Centro de Atenção Psicossocial	5

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde.

Número de atendimentos no Hospital São Vicente de Paulo - 2009

Tipo de atendimento	Número de atendimento
Pronto-socorro Adulto	80.851
Pronto-socorro Ortopedia	51.404
Pronto-atendimento	117.342
Ambulatório*	37.687
Internações	14.475
Cirurgias	6.242

Fonte: Hospital São Vicente de Paulo. Nota: *especialidades e ortopedia.

Número de atendimentos nas UBS¹ e PSF² - 2009

Tipo de atendimento	Número de atendimento
Clínico	146.337
Pediatria	95.528
Ginecologia e obstetria	90.241
Odontologia básica	38.843
Médico PSF ³	18.875
Enfermeiro	85.085

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde. Notas: ¹Unidade Básica de Saúde. ²Programa de Saúde da Família. ³atendimento por médico do PSF.

Número de atendimentos no Hospital Universitário - 2009

Tipo de atendimento	Número de atendimento
Internações	10.394
Partos	3.507
Procedimentos cirúrgicos	4.005
Atendimento Pronto-socorro	85.724

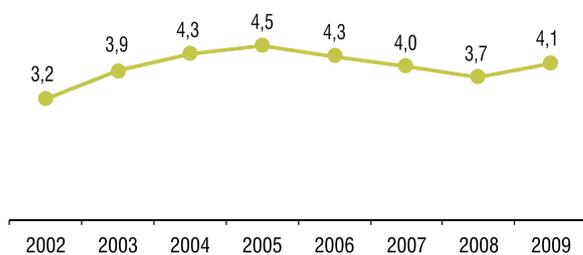
Fonte: Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Jundiaí.

Número de procedimentos por tipo de estrutura - 2009

Tipo de estrutura	Número de procedimento
UBS/PSF	1.348.196
Pronto-atendimento	348.482
Rede pública SUS ¹	4.071.809

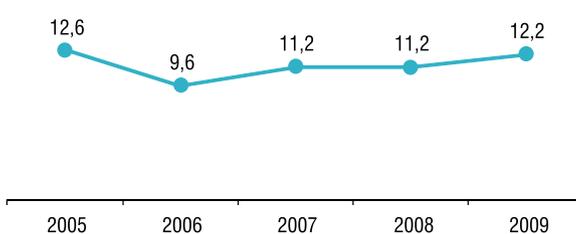
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde. ¹corresponde a todos os prestadores SUS (próprios, contratados e conveniados).

Número de procedimentos ambulatoriais na rede pública de saúde em milhões



Fonte: Datasus

Índice de mortalidade infantil por mil nascidos vivos



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

Mário Sérgio Estreves



Unidade Básica de Saúde na Vila Ruy Barbosa

SAIBA MAIS

Como funciona o SUS?

O SUS foi instituído pela Constituição Federal de 1988, resultado de um longo período de mobilização social. Antes do SUS, somente as pessoas que contribuíam com a previdência é que podiam ser atendidas pelo sistema público de saúde, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Com a nova Constituição, a saúde passou a ser direito de todos. O SUS se caracteriza por ser um sistema descentralizado, ou seja, é realizado e financiado por cada um dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). A participação social através dos conselhos de

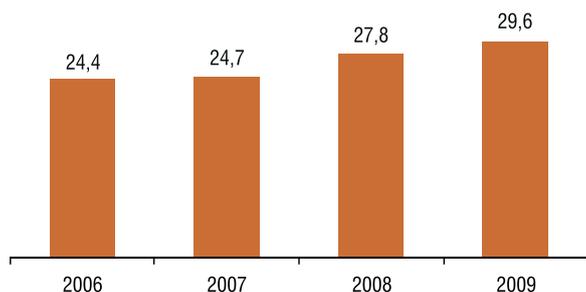
saúde garante o controle social, outro princípio importante desse sistema.

O funcionamento do SUS está descrito na Lei Orgânica da Saúde aprovada pelo Congresso Nacional em 1990, na Lei nº 8.142/90, nas Normas Operacionais Básicas de 01/93, 01/96, Noas/01 e diversas outras portarias e decretos. Em 2000, a Emenda Constitucional nº 29 estabeleceu que os estados devem destinar, no mínimo, 12%, e os municípios, 15% de suas receitas próprias e de transferências constitucionais para o SUS. Veja mais sobre o financiamento do SUS na página 15.

3.10 Assistência social

Em 2009, foram destinados R\$ 29,6 milhões para a área da assistência social, valor 6,5% maior que o de 2008, correspondendo a 3,6% do total da despesa consolidada. Essa função foi exercida pela Secretaria de Integração Social (Semis), atualmente Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Semads), pela Secretaria de Educação e Esportes e pela Fundação Municipal de Ação Social (Fumas).

Evolução da despesa com assistência social
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



A despesa com assistência social no Brasil está estruturada basicamente na manutenção dos ser-

Mário Sérgio Esteves



Atendimento no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no Jardim Novo Horizonte

viços que compõem a rede de proteção social dos municípios. Em Jundiaí, 99,4% (R\$ 29,4 milhões) dessa despesa ficaram concentrados em pessoal e custeio, em 2009.

Despesa na função assistência social por item - 2008-2009

Item	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Pessoal	13.180,5	14.088,8	6,9%	47,6%
Custeio	14.151,8	15.346,9	8,4%	51,8%
Investimentos	491,2	192,0	-60,9%	0,6%
Total	27.823,6	29.627,7	6,5%	100,0%

Despesa na assistência social por subfunção - 2008-2009

Subfunção	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Alimentação e nutrição	13.736,1	14.774,1	7,6%	53,2%
Assistência comunitária	11.769,2	12.239,1	3,7%	37,4%
Assistência à criança e ao adolescente	1.327,2	1.648,4	24,2%	5,9%
Administração geral	785,0	689,5	-12,2%	2,5%
Assistência ao idoso	196,8	268,0	36,2%	1,0%
Suplemento profilático e terapêutico	9,3	8,6	-7,2%	0,0%
Total	27.823,6	29.627,7	6,5%	100,0%

Da despesa total do Município com assistência social, a maior parte, 77% ou R\$ 22,9 milhões, foi financiada pelos recursos próprios do Tesouro Municipal. Os demais 23%, ou R\$ 6,7 milhões, são provenientes de vários fundos nacionais e estaduais, além de doações e outros convênios e contratos.

que representou pouco mais da metade do gasto total da área (53,2%) e é realizado no âmbito da Secretaria de Educação e Esportes. O Programa de Assistência Comunitária, de responsabilidade da Semads e da Fumas, que ficou com 37,4% do total, foi o segundo maior.

Dentre os serviços prestados em assistência social, destacam-se o Programa de Alimentação e Nutrição, que consumiu R\$ 14,8 milhões, em 2009, o

Dentre as atividades desenvolvidas pela Semads, destacam-se os seguintes programas realizados em 2009:

Programas e serviços prestados pela Semads - 2009

Programas e serviços	Valor em R\$ mil	Objetivo
Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente	1.762,5	Promover o desenvolvimento social e humano de adolescentes, jovens e seus familiares.
Centro de Referência da Assistência Social (Cras)	1.005,4	Promover a inclusão social da população e ampliar os serviços de proteção social básica.
Programa de Atendimento ao Idoso	586,9	Estimular a convivência do idoso através de atividades de educação, cultura e lazer.
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas)	377,7	Promover o atendimento especializado a indivíduos e famílias com direitos violados.
Aperfeiçoamento da gestão dos programas da Semis	291,0	Promover melhoria da gestão administrativa e da interface com os Conselhos, além dos programas geridos pela Semis.
Cofinanciamento da rede Socioassistencial	226,7	Cofinanciamento entre a Prefeitura e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) das ações Programa de Atenção Integral à Família.

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Semads).



Viaturas da Guarda Municipal

3.11 Segurança

A segurança pública é responsabilidade do Estado e dever de todos, conforme dispõe o artigo 144 da Constituição Federal. A segurança executada nos municípios fica a cargo dos governos estaduais. No entanto, algumas cidades, como Jundiá, possuem sua própria Guarda Municipal para auxiliar na tarefa da segurança pública de forma supletiva, reforçando o policiamento local. Os recursos destinados à Guarda Municipal cresceram de forma expressiva nos últimos quatro anos, especialmente em 2008 e 2009. Em 2009, foram destinados R\$ 20,6 milhões, o que significou um aumento de 23%, comparado a 2008, quando a despesa com a Guarda Municipal já havia sido incrementada em 17,8%.

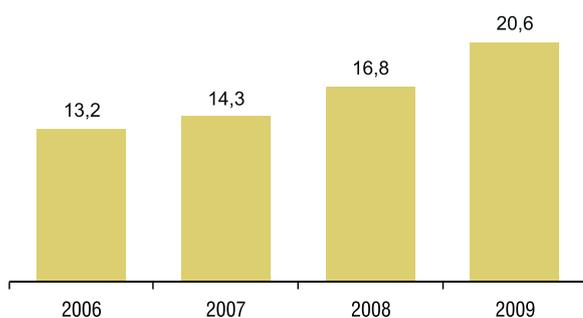
A maior despesa da Guarda Municipal está concentrada no pagamento do pessoal efetivo, que em 2009 alcançou a soma de R\$ 17,4 milhões, ou 84,4% da despesa total da corporação. Os investimentos, da ordem de R\$ 1,6 milhão, representaram 8% do

total, dentre os quais se destaca a aquisição de 26 viaturas novas, oito motocicletas, armamento moderno, e equipamentos de comunicação e de proteção individual.

O aumento no gasto com a segurança resultou em melhorias na instituição, servindo para ampliar os atendimentos prestados à população. Em 2009, foram realizados 28.075 atendimentos, número 24% maior que o registrado em 2008, mesmo tendo sido reduzido o número do efetivo de 282 para 277, devido à aposentadoria de cinco guardas.

Dentre as ações realizadas pela Guarda Municipal, vale destacar as rondas escolares, com o intuito de reduzir a violência nas escolas e os serviços com o Programa de Educação para a Não Violência (Edu-cavi), cujo objetivo é o de alertar a comunidade em geral, através de cursos e palestras sobre o uso de entorpecentes.

Despesa com a Guarda Municipal
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Principais investimentos na Guarda Municipal - 2009

Descrição	Valor em R\$ mil
Aquisição de 26 viaturas destinadas ao patrulhamento	1.229,9
Aquisição de armas e equipamentos de comunicação	294,1
Aquisição de equipamentos de proteção individual (230 coletes balísticos)	182,6
Aquisição de oito motocicletas destinadas ao apoio do patrulhamento	121,1
Cursos de capacitação dos integrantes da guarda municipal	6,1

Fonte: Guarda Municipal.

Atendimentos realizados pela Guarda Municipal - 2008-2009

Descrição	2008	2009	Variação 2009/2008
			em %
Patrulhamento	16.041	20.145	25,6%
Ronda escolar	4.677	5.832	24,7%
Ronda pelo canil	511	882	72,6%
Atendimento em escolas	986	771	-21,8%
Ocorrência registrada pelo vídeo monitoramento	281	333	18,5%
Ocorrência em área de preservação ambiental	132	112	-15,2%
Total	22.628	28.075	24,1%

Fonte: Guarda Municipal.

Um dos serviços prestados pela Guarda Municipal é o videomonitoramento, realizado pela Central de Monitoramento Eletrônico de Câmeras, que serve para dar suporte ao combate à violência. Inicialmente, foram instaladas 18 câmeras interligadas por fibra ótica e hoje são 41 (10 fixas e 31 móveis, com imagens em alta definição e controladas por profissionais), além de mais 16 câmeras instaladas em todo o Paço Municipal. O “Olho Vivo” funciona 24 horas, todos os dias, com equipes se revezando ininterruptamente, trabalhando em conjunto com o Centro de Operações Táticas (COT).

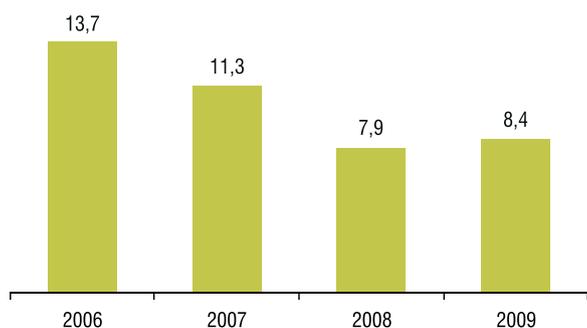
3.12 Habitação

A política habitacional de interesse social do Município é executada pela Fundação Municipal de Ação Social (Fumas), que atua prioritariamente em áreas de ocupação irregular, favelas e assentamentos

precários, construindo conjuntos habitacionais e urbanizando núcleos de submoradias. Além desses investimentos, a Fumas realiza diversas ações intermediando o período de obras, que envolve orientações desde a pré-ocupação até a entrega dos imóveis.

Em 2009, foram destinados R\$ 8,4 milhões para o setor de habitação, contra R\$ 7,9 milhões em 2008, significando um crescimento de 6,3%. A redução dos recursos para habitação, de 2006 para 2009, é justificada pelo volume de recursos que ingressou por meio de convênios e operações de crédito com a CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (R\$ 5,2 milhões, em 2006) e Caixa Econômica Federal (R\$ 97,5 mil, em 2006), que são os agentes responsáveis pelo fomento de crédito para o setor, e que aumentaram os recursos direcionados para investimentos nesse período.

Evolução da despesa com habitação
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Do total dos recursos de habitação, 40,6% representaram investimentos, que cresceram 16,9% de

2008 para 2009, e 59,4% serviram para financiar os gastos de pessoal e custeio da fundação responsável pela gestão do setor.

Através dos projetos de erradicação dos núcleos de submoradias, a Fumas realizou as transferências de 23 famílias para alojamentos provisórios na Vila Ana, em 2009, despendendo R\$ 133,5 mil para esse fim. Essa fase faz parte da 4ª etapa do projeto de reurbanização, que compreende a construção de 36 apartamentos com recursos a fundo perdido vindos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), do Ministério das Cidades, que repassará um total

Despesa em habitação por item - 2008-2009

Item	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	em %
Pessoal	3.139,2	2.980,9	-5,0%	35,5%
Custeio	1.870,9	2.004,9	7,2%	23,9%
Investimentos	2.913,3	3.405,3	16,9%	40,6%
Total	7.923,5	8.391,1	5,9%	100,0%



Mário Sérgio Esteves

Construção de unidades habitacionais na Vila Ana



Programa de suplementação alimentar

previsto de R\$ 1,16 milhão. A Prefeitura arcará com uma contrapartida de R\$ 1,06 milhão para complementar o projeto.

Além da Vila Ana, a Fumas executou obras de reforma das casas do Parque Centenário (R\$ 787,6 mil) e de contenção da encosta da Viela do Lixão (R\$ 308,4 mil).

Principais investimentos em habitação - 2009

Contrato	Descrição	Valor em R\$ mil
43/09	Construção de 36 unidades habitacionais na Vila Ana	1.897,0
36/09	Execução de obras de engenharia civil para reforma de edificações - Parque Centenário	787,6
42/09	Execução de Obras de consolidação da Viela do Lixão - Jardim São Camilo	308,4
05/09	Construção de alojamentos na Vila Ana, sem fornecimentos de materiais	133,6
46/09	Execução de escada hidráulica na Viela Dois da Rua Bastos - Jardim Balsan	80,5
07/09	Execução de projeto executivo de urbanização da área de risco do núcleo de submoradias	55,5

Fonte: Fundação Municipal de Ação Social (Fumas).

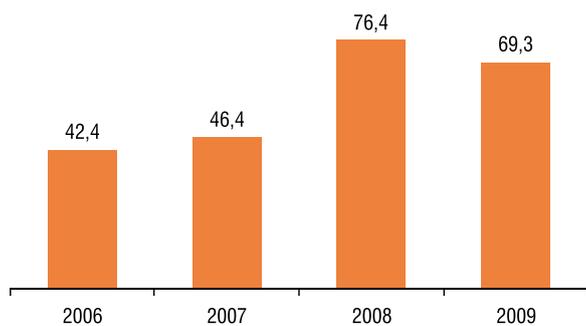
3.13 Saneamento

Na Prefeitura, a função saneamento é exercida, sobretudo, pela Secretaria de Serviços Públicos, cujos recursos aplicados no setor em 2009 representaram dois terços do total. A parte do saneamento que se refere ao esgotamento sanitário e ao tratamento de água fica a cargo da DAE S/A, que é uma empresa controlada pela Prefeitura e cujas receitas próprias são auferidas da cobrança

da tarifa pelo consumo de água e não integram as tabelas aqui apresentadas.

A função saneamento consumiu R\$ 69,3 milhões, em 2009. Apesar de ter sido reduzida em 9,2%, em relação ao realizado em 2008, sua participação no total permaneceu quase que inalterada, passando de 9,2% para 8,5%, nesses dois anos.

Evolução da despesa com saneamento em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



As despesas com custeio realizadas em saneamento consumiram R\$ 46,2 milhões, em 2009, o equivalente a 67% do total da função, valor 10,8% abaixo dos R\$ 51,8 milhões despendidos, no ano anterior. O custeio está relacionado a diversos serviços, destacando-se a limpeza pública, que inclui a varrição dos logradouros, a coleta de lixo e sua destinação final, além dos serviços de prevenção de inundações, como toda a manutenção de rios e córregos e o escoamento das águas pluviais. Para os investimentos foram alocados R\$ 23,1 milhões, ou 33% do total gasto em saneamento,

Secretaria de Comunicação de Jundiá



Frota do Armazém da Natureza

sendo que as maiores somas integram o Programa Saneamento para Todos.

A execução dos serviços de limpeza pública e a disposição final do lixo em aterro sanitário são realizadas por empresa especializada, contratada por meio de processo licitatório, que representa

Despesas de saneamento por item - 2008-2009

Item	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Custeio	51.807,7	46.237,7	-10,8%	66,7%
Investimentos	24.594,9	23.099,3	-6,1%	33,3%
Total	76.402,6	69.337,0	-9,2%	100,0%

Despesas com saneamento por tipo de serviço - 2008-2009

Item	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Limpeza pública	49.461,5	43.899,0	-11,2%	89,0%
Execução dos serviços de limpeza pública	36.008,2	29.837,8	-17,1%	60,5%
Disposição final do lixo e aterro sanitário	13.453,2	14.061,3	4,5%	28,5%
Prevenção a inundações	4.098,3	5.443,4	32,8%	11,0%
Manutenção de rios, córregos, canais e galerias	2.346,6	2.340,9	-0,2%	4,7%
Construção de galerias de águas pluviais	210,7	657,4	212,1%	1,3%
Dragagem, retificação e canalização de rios e córregos	1.541,1	2.445,1	58,7%	5,0%
Total geral	53.559,7	49.342,4	-7,9%	100,0%



Canalização do Córrego da Walkíria

a maior fatia do custeio dos serviços de saneamento. A manutenção de rios, córregos, canais e galerias é fundamental para a prevenção de inundações.

Nos últimos três anos, em razão do financiamento obtido no âmbito do Programa Saneamento para Todos, a Fumas ficou responsável pela execução de obras de manejo de águas pluviais em diversos pontos do Município, sendo a principal delas a obra de reforma da canalização do Córrego do Mato, construção da terceira faixa e revitalização urbanística da Av. 9 de Julho (veja no quadro a seguir as principais realizações do Programa). A Fumas despendeu um total de R\$ 20 milhões com investimentos em saneamento, em 2009.

Programa Saneamento para Todos - 2009

Contrato	Descrição	Valor em R\$ mil
44/08	Reforma da canalização do Córrego do Mato, alargamento da pista, drenagem de águas pluviais e pavimentação/recapamento	7.667,1
14/08	Recuperação ambiental e canalização do Rio Jundiáí	3.158,7
40/08	Recuperação ambiental e canalização do Córrego Walquíria	1.647,0
50/07	Elaboração de projetos executivos e execução de obras de galerias de águas pluviais em diversos lugares em Jundiáí	1.437,2
02/09	Obras de recuperação ambiental e canalização do Córrego do Jardim Guanabara	888,9
03/09	Obras de recuperação ambiental e canalização do Córrego da Colônia	657,1

Fonte: Fundação Municipal de Ação Social (Fumas).

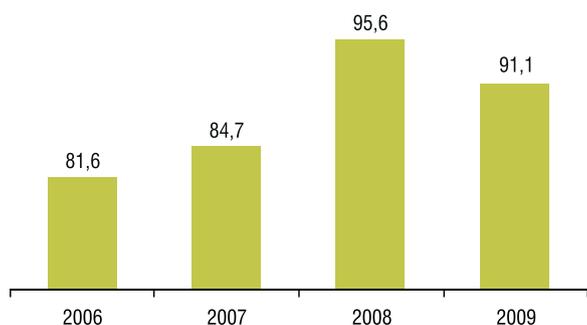
3.14 Urbanismo

A despesa com urbanismo totalizou R\$ 91,1 milhões, em 2009, valor correspondente a 11,2% do gasto total, sendo menor apenas que o orçamento da saúde e da educação. Desse total, R\$ 38,3 milhões, ou seja, 42%, foram aplicados pela Secretaria de Serviços Públicos na execução da manutenção e conservação geral da cidade, iluminação pública, entre outras atividades. A Secretaria de Obras também teve uma participação importante, despendendo R\$ 29,4 milhões, ou 32,3% do total dessa função, através de pavimentação, desapropriações e retificação de vias, construção e reforma de pontes e viadutos, entre outras ações.

A Secretaria de Transportes, por sua vez, destinou todos os seus recursos, no total de R\$ 20,8 milhões, para o desenvolvimento da função urbanismo, através do gerenciamento do transporte urbano e de todas as ações relativas ao trânsito, incluindo a operação da nova rodoviária e dos sete terminais de ônibus que formam o Sistema Integrado de Transporte Urbano (Situ). Dessa forma, a despesa da Secretaria de Transportes representou 22,8% do total gasto em urbanismo.

A despesa com urbanismo, em 2009, foi 4,7% menor que a de 2008. A maior parte dessa que-

Evolução da despesa com urbanismo
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



da ocorreu nos investimentos, que passaram de R\$ 28,7 milhões, em 2008, para R\$ 23,5 milhões, em 2009. Os custeios recuaram 6,4%, totalizando R\$ 29,7 milhões, ao passo que a despesa com

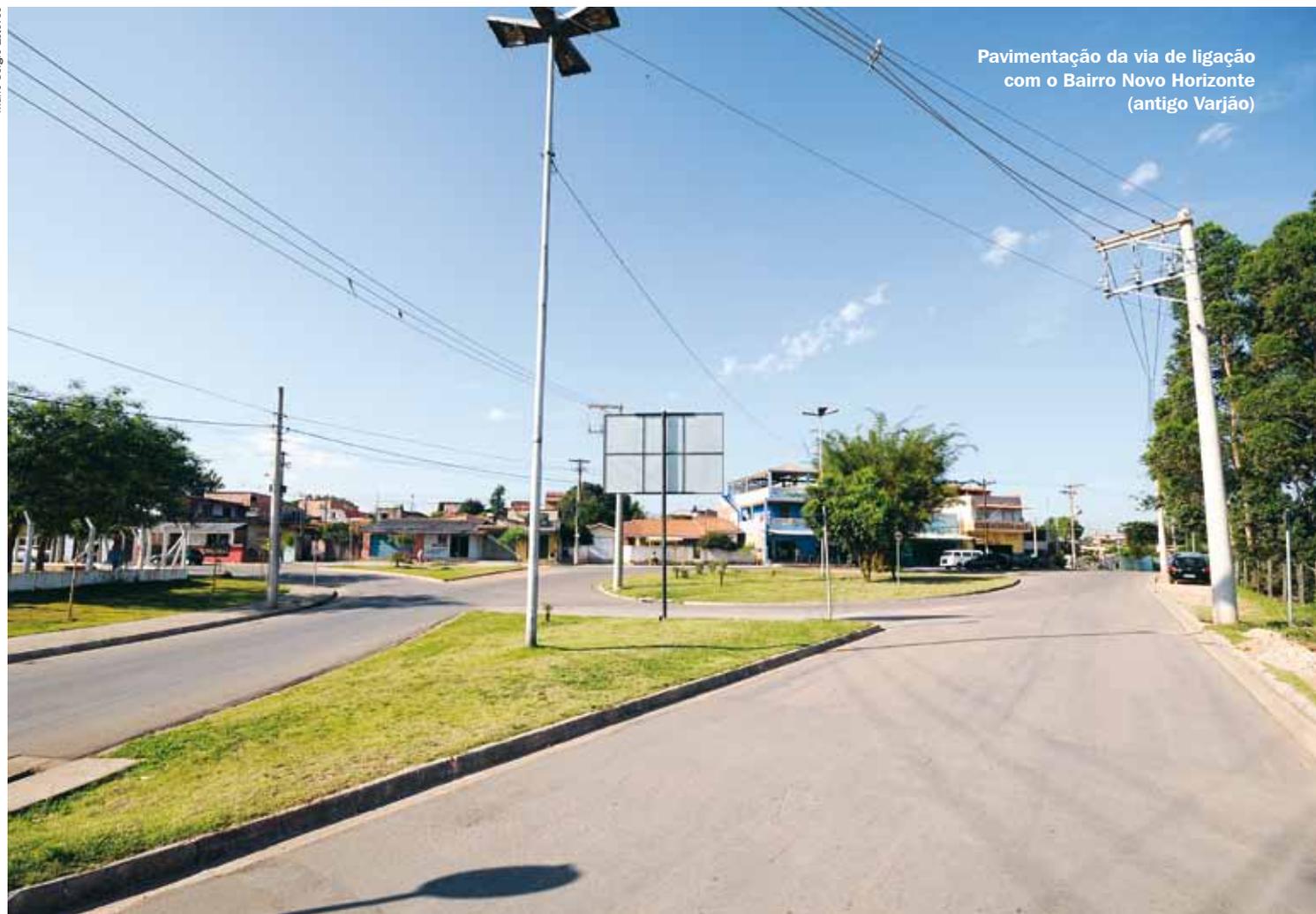
peçoal aumentou 7,8%, registrando R\$ 37,9 milhões.

Pouco mais da metade dos recursos utilizados em urbanismo (53,6%) foi destinado ao financiamento dos programas voltados para a infraestrutura da cidade, como pavimentação de vias, drenagem de córregos, manutenção de parques, praças e jardins, reforma e construção de pontes e viadutos, entre outras obras e serviços. A segunda maior despesa em urbanismo, consumindo 21% do total da área, refere-se ao controle e à segurança do tráfego urbano, que engloba todas as ações da Secretaria de Transportes. A expansão e manutenção da iluminação pública é o terceiro maior gasto do urbanismo, com 10,8% do total da função.

Despesa com urbanismo por item - 2008-2009

Item	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Pessoal	35.187,8	37.937,6	7,8%	41,6%
Custeio	31.741,4	29.697,6	-6,4%	32,6%
Investimentos	28.685,1	23.492,7	-18,1%	25,8%
Total	95.614,4	91.127,9	-4,7%	100,0%

Mário Sérgio Esteves



Pavimentação da via de ligação com o Bairro Novo Horizonte (antigo Varjão)

Maiores serviços de manutenção da cidade - 2008-2009

Item	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Infraestrutura em áreas e vias públicas	55.289,4	48.849,3	-11,6%	53,6%
Administração de transportes coletivos	2.618,0	1.352,4	-48,3%	1,5%
Iluminação pública	9.921,9	9.801,4	-1,2%	10,8%
Controle e segurança do tráfego urbano	17.460,7	19.129,1	9,6%	21,0%
Outros	10.324,4	11.995,7	16,2%	13,2%
Total	95.614,4	91.127,9	-4,7%	100,0%

Nota: os itens são os programas da função urbanismo.

Principais investimentos em urbanismo - 2009

Contrato	Descrição	Valor em R\$ mil
Diversos	Desapropriações para implantação da interligação de acesso ao bairro da Ponte São João e região leste da cidade, incluindo passagem inferior sob a ferrovia.	11.602,2
Execução própria	Execução de obras de pavimentação da Estrada do Varjão I e II - Jardim Novo Horizonte, Av. Luiz Pereira dos Santos - Jardim Celeste e Recapeamento da Av. Luiz Gonzaga Martins Guimarães - Vila Bela e diversas ruas da Vila Rio Branco	3.625,0
Diversos	Desapropriações para implantação de passagem de nível para Ponte São João	2.551,2
Diversos	Execução de obras de dragagem, retificação e canalização do córrego Japi Guaçu e reparos nas margens dos rios Jundiá e Guapeva	2.408,7
Execução própria	Execução de obras de recapeamento nas vias: Trecho da Estrada da Cesp - Parque Almerinda Chaves; Ruas Mário Borin, Eduardo Tomanik, Jorge Zolner, 11 de Junho, Conrado Offa, Fernando Orsini de Castro, Euclides da Cunha, Capitão Cassiano Ricardo de Toledo, Santa Lúcia, Sócrates de Oliveira, João Figueiredo e Irmã Crescência Culturato - Chácara Urbana; Ruas Campos Sales, Leonardo Cavalcanti, Boaventura Mendes Pereira, Benjamin Constant, Zacarias de Góes, Cel Leme da Fonseca, Baroneza do Jaí, União dos Ferroviários - Centro; Av. Antonio Pincinato - Centro; Av. Malota, Ruas Guarantã e das Palmas - Malota; Ruas Jorge de Lima, Lupe Cotrin, Júlia L. Almeida, Raimundo Correa e Cruz e Souza - Vila Liberdade; Rua Judith Carrara Jahnel - Vila Marlene, Ruas Londrina/ Paraná e Humberto Demarchi - Vila Maringá; Av. Comendador Antonio Borin - Caxambú; Rua Teodoro Sampaio - Jardim do Lago	2.212,5
Diversos	Execução de obras de pavimentação de vias urbanas: Av. Nami Azem, via de ligação de acesso à futura escola do Sesi no São Camilo e Rua José Joaquim dos Santos, Estância Alpina - Ivoturuaia	1.989,3
Execução própria	Execução de obras de pavimentação nas vias: Rua Aristides Mariotti - Gramação; Acostamento da Estrada Engordadouro - Engordadouro, Baía do estacionamento na Av. XIV de Dezembro - Vila Rami, Rotatória da Rodovia Vereador Geraldo Dias - Vila Marlene, Pátio da Igreja - Cidade Nova, Pátio Parque Comendador Antonio Carbonari - Anhangabaú; Estacionamento no Jardim Botânico; Rotatória da Rodovia Vereador Geraldo Dias - Terra da Uva; Baía de ônibus e estacionamento no Parque Corrupira; Alça da Rua Joaquim Nabuco Esquina e Av. Frederico Ozanam - Ponte São João	1.635,0
Diversos	Execução de obras de pavimentação das vicinais Av. José Mezzalira, estrada do Currupira e Av. Antonio Pincinato	748,9
Diversos	Execução de galerias de águas pluviais nos bairros: Vila Jundiáinópolis, Jardim Rosaura, Jardim Messina e Engordadouro	657,5
Diversos	Execução de obras de estabilização de encostas e taludes no Jardim São Camilo e Bairro Terra Nova	408,4
Diversos	Serviços de engenharia de trânsito para execução de sinalização em diversas vias e ruas	378,5
Diversos	Serviços especializados de Engenharia de Transportes para elaboração do plano preliminar de desenvolvimento dos sistemas de circulação e de transportes de Jundiá e integração com a Região	371,5
Execução própria	Execução de iluminação pública na Av. dos Imigrantes Italianos - Jardim Pacaembú e Av. Adilson Rodrigues - Jardim Samambaia	370,0
Diversos	Execução de obras de calçadas, alargamento e recuperação dos pavimentos das ruas Barão do Triunfo, Coronel Leme da Fonseca e Senador Fonseca - Centro (Promob)	365,9
71/07	Execução de serviços de engenharia para construção e/ou demolição de redutores de velocidade em diversas vias e ruas	360,6
Execução própria	Execução de paisagismo em diversos bairros da cidade	345,0
117/09	Serviços de monitoramento de tráfego composto por medidores de velocidade, lombadas eletrônicas e outros equipamentos	300,0
63/09	Fornecimento e instalação completa de 56 abrigos de aço para ponto de parada de ônibus	156,2
101/08	Execução de serviços de limpeza, asseio e conservação nas dependências do Terminal Rodoviário Intermunicipal José Alves	142,8
151/06	Serviços de videomonitoramento eletrônico de vias	99,0

Fonte: Secretarias Municipais de Obras, Serviços Públicos e Transportes.

3.15 Repasse para a Câmara Municipal

As Câmaras Municipais de todo o país são mantidas pela verba que recebem de suas respectivas prefeituras. Assim como várias outras despesas, o valor que a Prefeitura repassa anualmente para a Câmara deve obedecer a uma limitação constitucional. De acordo com a Emenda Constitucional nº 25/00, que alterou o artigo 29 da Constituição Federal e acrescentou o artigo 29-A, as prefeituras podem transferir até 6% de um somatório de receitas que inclui a tributária e as transferências constitucionais referentes à QPM-ICMS, ao IPVA, ao FPM, ao Imposto Territorial Rural (ITR), à par-

cela do Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional à exportação estadual dos mesmos (IPI-Exportação) e ao imposto sobre o ouro.

Em 2009, a Prefeitura de Jundiáí destinou 2,54% dessas receitas, ficando abaixo, portanto, do limite máximo. Nos anos anteriores, os percentuais transferidos para a Câmara foram de 2,48% em 2008, e 2,67% em 2007. O montante total repassado foi de R\$ 14,5 milhões, em 2009, valor 4,1% abaixo do repasse de 2008, que chegou a R\$ 15,1 milhões, corrigidos da inflação.



Cachoeira na Serra do Japi

4

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Juntas, as entidades da administração indireta movimentaram R\$ 196,5 milhões em 2009, valor 18,6% maior que o de 2008. Esse aumento foi fortemente influenciado pela ampliação da receita própria do Iprejun, que foi beneficiada pelo excelente rendimento financeiro de suas reservas e também pelo aumento das contribuições dos servidores e da Prefeitura, em função do reajuste salarial anual e do aumento da alíquota suplementar destinada a cobrir o déficit técnico atuarial. Desconsiderando os valores do Instituto, o aumento nas demais autarquias foi de apenas 1,9%.

Do total da arrecadação da administração indireta, 72,2% ou R\$ 141,9 milhões foram arrecadados pelas autarquias e fundações. O restante, 27,8% ou R\$ 54,6 milhões, são receitas que as entidades receberam da Prefeitura. Veja, a seguir, como foi a composição dos recursos de cada entidade em 2009.

Escola Superior de Educação Física (Esef) - executa suas atividades sem o auxílio financeiro do Tesouro Municipal. Em 2009, os recursos próprios da Escola, arrecadados de mensalidades, alcançaram R\$ 4,7 milhões, 6,5% inferior ao registrado em 2008.

Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ) – de uma receita de R\$ 35,3 milhões, a FMJ, que possui na sua estrutura um departamento hospitalar, contou com R\$ 14,3 milhões de recursos próprios arrecadados em função das mensalidades cobradas dos alunos, e R\$ 21 milhões de repasse da Prefeitura, que foram integralmente destinados à manutenção e ao funcionamento do Hospital Universitário (HU). A receita total da FMJ cresceu 10,8% em relação a 2008.

Fundação Municipal de Ação Social (Fumas) - da receita de R\$ 33,2 milhões, as transferências que a Fumas recebeu responderam por R\$ 30,1 milhões ou 90,8%, e o restante, R\$ 3,1 milhões, foram receitas próprias da entidade. O valor total foi 4% menor que o de 2008. Os R\$ 30,1 milhões que a Prefeitura repassou para a Fumas são oriundos de transferências financeiras do Tesouro Municipal e dos governos do Estado e Federal para programas específicos em habitação e saneamento (veja os principais deles nos itens sobre Habitação e Saneamento, nas páginas 44 e 46).

Fundação Televisão Educativa de Jundiaí (TVE) - opera integralmente com aporte de recursos da Prefeitura. Em 2009, o Tesouro Municipal transferiu para a entidade R\$ 1,8 milhão. Em relação ao ano anterior, houve uma redução de 8,5%.

Fundação Casa da Cultura de Jundiaí – sua receita de R\$ 191 mil foi composta por 48,9% de recursos arrecadados pela própria entidade e 51,1% de repasses do Tesouro Municipal. O volume de recursos em 2009 foi 23,5% inferior ao de 2008.

Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (Iprejun) – as receitas do Iprejun são compostas pelo desconto no salário dos servidores municipais, pela cota patronal (parte da Prefeitura) e pelo financiamento do déficit técnico atuarial, que é arcado pela municipalidade. Em 2009, sua receita foi de R\$ 121,4 milhões, dos quais 98,7% são recursos próprios, ou seja, a parcela proveniente dos salários dos servidores e da cota patronal.



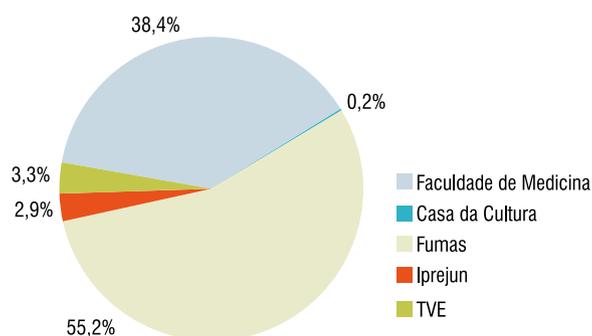
Mário Sérgio Esteves



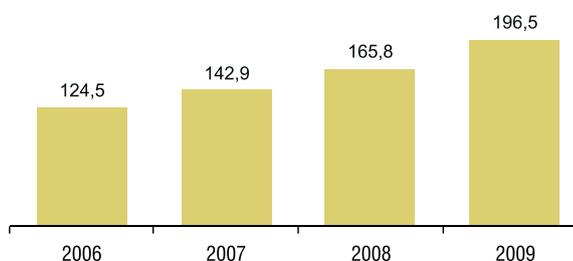
Escola Superior de Educação Física (Esef)

Faculdade de Medicina de Jundiá

Composição dos recursos transferidos à administração indireta - 2009



Evolução da receita total da administração indireta em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Receita consolidada da administração indireta - 2008-2009

Origem dos recursos	2008	2009	Variação 2009/2008	Composição 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %	
Receita própria da administração indireta	113.340,8	141.909,8	25,2%	72,2%
Transferências da Prefeitura	52.410,9	54.595,8	4,2%	27,8%
Faculdade de Medicina	18.504,9	20.991,7	13,4%	10,7%
Fumas	30.779,1	30.126,0	-2,1%	15,3%
Demais	3.127,0	3.478,0	11,2%	1,8%
Total	165.751,7	196.505,6	18,6%	100,0%

Fonte: balanços municipais.

Receita da administração indireta segundo a fonte do recurso - 2009

Entidades	2009				Total em R\$ mil
	Receita própria		Recursos recebidos*		
	Valor em R\$ mil	Composição em %	Valor em R\$ mil	Composição em %	
Escola Superior de Educação Física	4.653,5	100,0%	0,0	-	4.653,5
Faculdade de Medicina de Jundiá	14.343,7	40,6%	20.991,73	59,4%	35.335,5
Fundação Municipal de Ação Social (Fumas)	3.047,6	9,2%	30.126,0	90,8%	33.173,6
Fundação Televisão Educativa de Jundiá (TVE)	10,1	0,6%	1.786,4	99,4%	1.796,5
Fundação Casa da Cultura de Jundiá	93,3	48,9%	97,6	51,1%	191,0
Instituto de Previdência do Município de Jundiá (Iprejun)	119.761,5	98,7%	1.594,0	1,3%	121.355,5
Total	141.909,8	72,2%	54.595,8	27,8%	196.505,6

Fonte: balanços municipais. Nota: * transferências recebidas da Prefeitura, de fundos e recursos de operações de créditos.

5

LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

O gasto municipal no Brasil deve seguir alguns parâmetros definidos em lei ou pela própria Constituição Federal. São limites de gastos mínimos ou

máximos que devem ser cumpridos; caso contrário, são aplicadas diferentes penalidades.

Ao longo desta publicação, alguns desses limites foram comentados. A fim de organizar e completar esse tema, é apresentado a seguir um quadro resumido e comentado de cada despesa e seus limites. Como poderá ser observado, em Jundiáí o orçamento tem sido executado de forma eficiente, garantindo o equilíbrio das contas públicas e cumprindo rigorosamente os limites legais e constitucionais.

Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que o gasto com pessoal, exclusivamente do Poder Executivo (administração direta e indireta) e sem incluir a Câmara Municipal, não deve ultrapassar 54% do valor da receita corrente líquida do município. Existe ainda um limite prudencial de 51,3%, a partir do qual diversas medidas devem ser tomadas pela Prefeitura para reduzir a proporção do gasto de pessoal com relação à receita corrente líquida. Em 2009, Jundiáí registrou 36,65%.



Mário Sérgio Esteves

Pavimentação no Trevo da estrada da Cesp

Limites constitucionais e legais - 2009

	Em % da receita corrente líquida	
	Limite máximo	Realizado
Gasto com pessoal do Executivo	54,00%	36,65%
Dívida consolidada líquida	120,00%	16,51%
Juros, amortizações e encargos da dívida	11,50%	5,00%

	Em % da receita de impostos	
	Limite mínimo	Realizado
Gasto com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)	25,00%	25,53%
Gasto com saúde	15,00%	22,21%

Dívida

a) **Encargos e amortizações** - O Senado Federal, através da Resolução nº 43/01, delimita um teto máximo de 11,5% da receita corrente líquida para serem gastos com o pagamento de juros, demais encargos e amortizações da dívida dos municípios, estados e Distrito Federal. Em 2009, Jundiaí comprometeu 5%.

b) **Dívida consolidada líquida** – Em outra Resolução, também do Senado Federal, a de nº 40/01, e de acordo com a LRF, o estoque da dívida consolidada líquida deve ser, no máximo, 120% do valor da receita corrente líquida. Em Jundiaí, o indicador foi de 16,51%.

Educação

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 212, os municípios brasileiros são obrigados a investir na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) infantil e fundamental, no mínimo, 25% de suas receitas provenientes de impostos e de transferências. Jundiaí aplicou 25,53% em 2009.

Saúde

Segundo determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29/00, os municípios brasileiros devem aplicar em Saúde, no mínimo, 15% de sua receita proveniente de impostos e transferências. Jundiaí aplicou 22,21% em 2009.



Ônibus com acessibilidade

6

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é a diferença entre o que se arrecada e o que se gasta num ano. Quando esse resultado é positivo, é chamado de superávit, e quando é negativo, de déficit. O superávit acumulado no ano torna-se um ativo financeiro que poderá ser utilizado nos orçamentos dos anos seguintes.

Superávit = receita > despesa
Déficit = receita < despesa

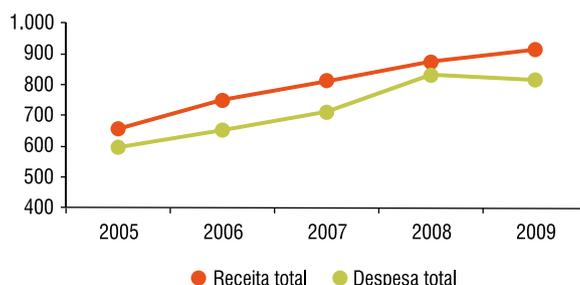
A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. Nota-se que o objeto principal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é exatamente o equilíbrio das contas públicas. Em outras palavras: gastar somente o que se arrecada.

Em Jundiaí, considerando-se os dados consolidados, ou seja, toda a administração direta e indireta, os resultados orçamentários, desde 2001, foram superavitários. Em, 2009, esse resultado positivo representou 10,6% da receita total, índice acima do registrado no ano anterior, mas abaixo daqueles de 2006 e 2007.



Monitoramento eletrônico da cidade

Receitas e despesas - consolidadas
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Receita, despesa e resultado orçamentário - 2006-2009

Itens	2006	2007	2008	2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009			
Receita total	749,6	813,6	874,0	913,9
Despesa total	652,5	711,3	831,2	816,6
Resultado orçamentário	97,2	102,3	42,8	97,3
Resultado / Receita total	13,0%	12,6%	4,9%	10,6%

Fonte: balanços municipais. Nota: dados consolidados.

CONSULTA PÚBLICA AO ORÇAMENTO

Todos os anos, durante a elaboração do orçamento, a Prefeitura faz uma vasta pesquisa com a população para definir as prioridades nas diversas áreas da administração municipal.



PARTICIPE: www.jundiai.sp.gov.br

Câmara Municipal de Jundiáí Veredores

Ana Tonelli (PMDB)
4523-4576 / 4523-4524
anatonelli@camarajundiai.sp.gov.br

Antonio Carlos Pereira Neto – Doca (PP)
4523-4522 / 4523-4582
doca@camarajundiai.sp.gov.br

Domingos Fonte Basso (PSDC)
4523-4573 / 4523-4513
ver.mingofontebasso@camarajundiai.sp.gov.br

Durval Lopes Orlando (PT)
4523-4577 / 4523-4505
orlato@camarajundiai.sp.gov.br

Enivaldo Ramos De Freitas – Val (PTB)
4523-4527 / 4523-4528
val@camarajundiai.sp.gov.br

Fernando Bardi (PDT)
4523-4657 / 4523-4575
ver.fernandobardi@camarajundiai.sp.gov.br

Gustavo Martinelli (PSDB)
4523-4653 / 4523-4520
ver.gustavomartinelli@camarajundiai.sp.gov.br

José Carlos Ferreira Dias – José Dias (PDT)
4523-4514 / 4523-4533
zedias@camarajundiai.sp.gov.br

José Galvão Braga Campos – Tico (PSDB)
4523-4655 / 4523-4518
tico@camarajundiai.sp.gov.br

Júlio César de Oliveira, Dr. – Julião (PSDB)
4523-4508 / 4523-4509
juliao@camarajundiai.sp.gov.br

Leandro Palmarini – Leandro do Bicho Legal (PV)
4523-4569 / 4523-4507
leandrodobicholegal@camarajundiai.sp.gov.br

Marcelo Roberto Gastaldo (PTB)
4523-4581 / 4523-4529
marcelogastaldo@camarajundiai.sp.gov.br

Marilena Perdiz Negro (PT)
4523-4574 / 4523-4504
marilenanegro@camarajundiai.sp.gov.br

Paulo Sérgio Martins – Delegado (PV)
4523-4510 / 4523-4502
ver.paulosergio@camarajundiai.sp.gov.br

Roberto Conde Andrade, Pastor (PRB)
4523-4511 / 4523-4578
pastorroberto.conde@camarajundiai.sp.gov.br

Sílvio Ermani (PV)
4523-4534 / 4523-4503
silvinho@camarajundiai.sp.gov.br

Jundiaí: desenvolvimento e qualidade de vida

INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE JUNDIAÍ

14ª colocação no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre 5.564 cidades avaliadas;
4ª posição no ranking do Estado de São Paulo, entre 645 cidades;
2ª posição entre as cidades com mais de 200 mil habitantes no Estado.

Fonte: PNUD da ONU

Eleita a primeira cidade do Brasil com os melhores índices de saneamento básico: 98% dos domicílios são servidos por abastecimento de água tratada e 97% por rede coletora de esgoto, onde 100% é tratado.

Fonte: Instituto Trata Brasil/FGV, Ministério das Cidades, 2010

O índice de mortalidade infantil de 2009 é de 12,2 por 1.000 nascidos vivos.

Fonte: Seade, 2010

24ª melhor cidade do Brasil para se fazer carreira.

Fonte: pesquisa anual realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a Revista Você S.A., 2009

No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mede a qualidade da educação no país, em 2009, a avaliação das séries iniciais foi de 5,8, enquanto que as séries finais alcançaram 4,7, ante às metas estabelecidas de 5,5 e 4,1, respectivamente.

Fonte: Inep, MEC, 2010

24ª maior economia do Brasil, no ranking das 5.564 cidades pesquisadas;

9ª posição no Estado de São Paulo (645 cidades), destacando-se por sua economia dinâmica e diversificada.

Fonte: PIB dos municípios 2008, IBGE

370.251 habitantes apurados pelo Censo de 2010.

Fonte: Censo 2010, IBGE

Considerada pelo Comitê de Avaliação de Risco da Austin Rating uma das melhores cidades para se investir no Brasil, obtendo a nota máxima (A+) no que diz respeito à capacidade de honrar seus compromissos financeiros e fiscais.

Fonte: Austin Rating, 2010

Realização

Secretaria de Finanças
PREFEITURA JUNDIAÍ
OPORTUNIDADE É PARA TODOS

Elaboração

aequus
CONSULTORIA